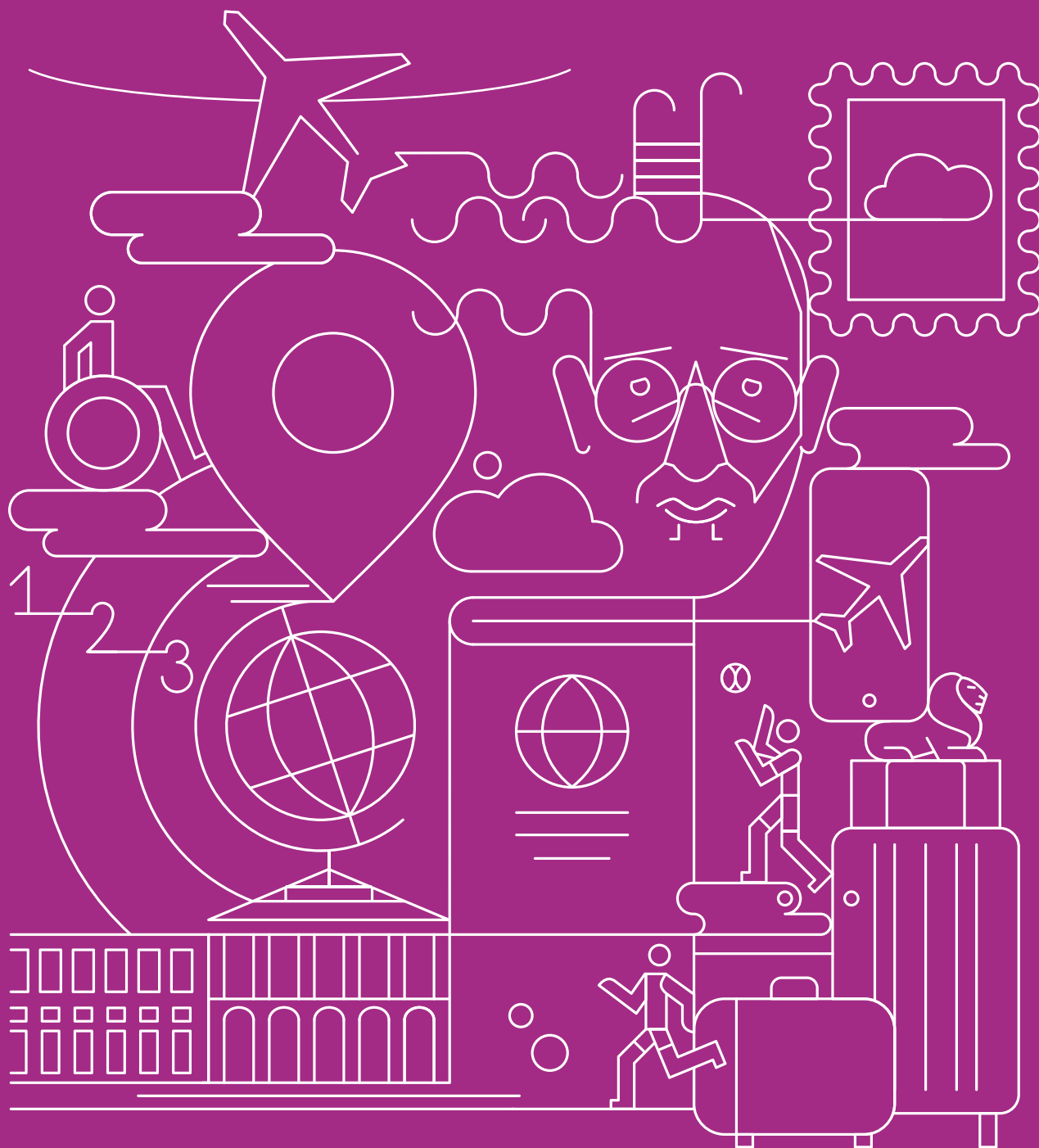


entre

MAIO 2023



EDIÇÃO N.º 6

REVISTA iscte

campus

EntreCampus _ N.º 6

Teresa Simões
Coordenação

Luísa Rego
Redação e Edição

Ana Moreira
Direção de Arte

Luísa Ferreira
Fotografia

Gabinete de Comunicação
Paginação

Acd Print, S.A.
Impressão e acabamento

2184-6545
ISSN

464789/19
Depósito legal

Publicação semestral
Distribuição gratuita

Iscte
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa

© 2023
Todos os direitos reservados

Maria de Lurdes Rodrigues

2 Editorial

Fernando Brito Abreu

6 Tecnologias de informação
e turismo sustentável

Sofia Kalakou

12 Rastrear os impactos da aviação
e apoiar a decisão

João Mineiro

18 Da democracia representativa
à representação da política

Cátia Miriam Costa

26 Competências do treino desportivo
no mercado de trabalho

Pedro Costa

32 Dar centralidade
à cultura das periferias

Joana Alexandre
Rute Agulhas

38 Jogos didáticos previnem
abusos sexuais na infância

Paulo Tormenta Pinto
Soraya Genin
Sandra Marques Pereira

48 Projetos multidisciplinares
sobre Álvaro Siza

Luís Capucha

58 Nova abordagem nos estudos
da deficiência

POLÍTICAS DE CIÊNCIA E ENSINO SUPERIOR PARA SAIR DA ESTAGNAÇÃO

1. O Sistema Nacional de Ciência e tecnologia em Portugal, entrou em estagnação a partir de 2011, depois de 15 anos de crescimento excecional medido pela despesa executada em atividades de I&D, pelo número de investigadores e pela produção científica.

Em 2000, José Mariano Gago, numa entrevista, perante a pergunta “Quais os principais obstáculos que podem colocar-se ao desenvolvimento científico português nos próximos 20 anos?”, responde: (...) *o risco principal é a dificuldade da persistência a longo prazo da aposta nesse desenvolvimento. Receio que seja cada vez mais difícil convencer-mos que é preciso continuar a lutar pelo crescimento (...). Acho que é possível que, a certa altura, a sociedade portuguesa se procure convencer que já chegou onde queria, que já não é preciso tanto esforço como no passado (...).*

Estamos em 2023, chegámos a esse momento futuro, e os receios de JMG parecem estar a concretizar-se. Assistimos à difusão da ideia de que já investimos o suficiente em investigação, já temos o número suficiente de investigadores, é necessário agora dar prioridade ao desenvolvimento da economia e dos territórios. E isto é o regresso a um passado com mais de 30 anos...

2. A publicação do Manifesto para a Ciência em Portugal, por José Mariano Gago, a organização da Conferência Europália *A Ciência em Portugal*, em 1991, e a criação do Ministério da Ciência em 1995, introduziram uma alteração profunda na orientação da política de ciência. Esta adquiriu o estatuto política sectorial autónoma da política de ensino superior, da política de economia e inovação, da política de planeamento e desenvolvimento do território.

Nestes termos, construir e desenvolver o sistema científico significava fazê-lo crescer, criar massa crítica e ganhar escala. Não existiria sistema científico sem recursos humanos com formação avançada, sem recursos financeiros e sem instituições fortes, qualificadas, exigentes e internacionalizadas, sem todas as áreas de conhecimento desde as ciências fundamentais às ciências sociais e humanas, à semelhança do que se passa nos países democráticos mais desenvolvidos. A meta a alcançar para o crescimento do sistema científico foi desde início medida pela execução da despesa em I&D sobre o PIB, fixada atualmente em 3% (para a despesa pública, 1% do PIB).

Registou-se, ao longo das últimas três décadas, um relativo consenso em torno das políticas de ciência.



MARIA DE LURDES RODRIGUES

Reitora

Reconhece-se hoje que a estratégia de autonomização da ciência tanto do ensino superior como da economia, do planeamento e do desenvolvimento do território, serviu eficazmente o desenvolvimento da investigação, a criação de massa crítica, a garantia da autonomia e da liberdade em ciência, a promoção equilibrada de todas as áreas científicas, a internacionalização e o aumento da produção científica com critérios internacionais.

3. O indicador do crescimento e desenvolvimento do sistema científico continua a ser a execução da despesa em I&D (universidades, estado, empresas e IPSS), altamente tributário do número de investigadores doutorados. Na série longa destes indicadores (Despesa e Investigadores) pode verificar-se que o desenvolvimento do sistema científico, nas últimas décadas, se ancorou maioritariamente nas universidades ou em unidades de investigação no seu perímetro e no trabalho de docentes do ensino superior.

Na evolução destes indicadores pode observar-se, a partir de 2011, primeiro um decréscimo e depois uma estagnação na despesa de I&D e no número de investigadores no conjunto do sistema científico. Em 2021, o setor do Ensino Superior executava apenas 0,56%, valor inferior ao de 2009 (0,58%).

A estagnação do crescimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia requer que se repensem as políticas públicas de ciência visando dois objetivos: (1) continuar a trajetória de crescimento do SNCT através da afetação de recursos humanos e financeiros; (2) promover uma articulação virtuosa das políticas de ciência, as políticas de ensino superior e as políticas de economia e inovação.

4. A ausência de reflexão e de clarificação de objetivos nesta matéria constitui a principal ameaça de regressão no consenso em torno da política de ciência e de desvalorização dos progressos alcançados. No espaço de debate público, nos programas eleitorais ou de governo, não existem propostas concretas de reformas estruturais na ciência, no ensino superior ou mesmo na economia.

Porém, têm sido tomadas decisões políticas na distribuição de recursos financeiros e adotadas medidas assentes na ideia de que há um fechamento dos centros de investigação e das universidades sobre si próprias, sendo necessário investir prioritariamente no desenvolvimento dos territórios e da economia. Tais decisões têm sido concretizadas através da regionalização dos fundos europeus, associada a uma

“definição de prioridades estratégicas para uma especialização inteligente”. Isto é, foi introduzido um desequilíbrio na distribuição dos recursos financeiros e de poder de decisão, desfavorável ao sistema científico e ao seu desenvolvimento.

Assiste-se a uma espécie de subordinação das políticas de ciência e de ensino superior, às lógicas da economia e do território. Com este caminho, pode estar em risco a continuidade do desenvolvimento e consolidação do sistema científico e de ensino superior – já em estagnação – sem ganhos significativos para a economia e para os territórios.

O consenso em torno das políticas de ciência e da sua autonomização em relação às políticas de economia e inovação, não eliminou tensões passadas, que permaneceram latentes e que emergem agora.

5. A principal tensão resulta da ideia de que a articulação entre a política de ciência e a política de economia e inovação, visando a valorização e a transferência de conhecimento, a qualificação e o desenvolvimento da atividade económica, se deve concretizar através da definição de prioridades absolutas, privilegiando ou financiando apenas algumas áreas do saber.

Esta preocupação não é nova. Em 1993, a criação da ADI (atualmente ANI), teve como objetivo promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Ao longo dos anos desenvolveu capacidades e competências de apoio a projetos de inovação de processos e produtos, baseados na colaboração entre centros de investigação e empresas. Nas últimas décadas, os setores da economia que mais se modernizaram devem-no, em boa parte, à articulação que souberam estabelecer com os centros de investigação e com as universidades (ver livro de Lino Fernandes, *Portugal 2015: uma segunda oportunidade? Inovação e Desenvolvimento*, Gradiva).

Porém, a perceção da insuficiência dos resultados da política de inovação, as dificuldades em induzir transformações na estrutura da economia portuguesa e a modernização das empresas, têm sido geradoras de críticas, de dúvidas acerca das políticas a prosseguir para tornar mais aplicável o conhecimento e a ciência que os cientistas produzem em Portugal.

No debate público promovido no Encontro Nacional, realizado no Iscte, em dezembro de 2022¹, como em outros fóruns, o desenvolvimento da economia portuguesa, a alteração do padrão de especialização, o aumento da produtividade e da competitividade das empresas

estão dependentes de múltiplos fatores, como sejam a dimensão das empresas, a qualidade da gestão, a qualificação dos recursos humanos e o sistema financeiro e de capitalização. A transformação estrutural e o desenvolvimento da economia portuguesa é um desafio decisivo para o país. O contributo do sistema científico para esse desígnio é sem dúvida muito importante. Por essa razão, exige-se uma articulação entre a política de ciência e ensino superior e a política de economia. Importa, contudo, ter presente, que o contributo das instituições do ensino superior e da investigação para o desenvolvimento económico e social do país é muito abrangente e diversificado, residindo sobretudo na produção de conhecimento em todas as áreas do saber e na formação de quadros técnicos superiores licenciados, mestres e doutorados – os principais agentes de difusão e transferência de conhecimento, de mudança e de inovação na economia e na sociedade. O programa das Agendas Mobilizadoras inscrito no Programa de Recuperação e Resiliência, a criação da rede de Laboratórios Colaborativos, a formação doutoral em ambiente não académico, são exemplos de medidas de política fortemente financiadas que procuram responder ao desafio de articulação entre a ciência

e a economia. Porém, o facto de neste quadro não existir qualquer programa visando a retoma do desenvolvimento e crescimento do sistema científico e simultaneamente não estarem instituídos os mecanismos ou definidos indicadores de avaliação de resultado e de impacto, suscita dúvidas sobre as orientações seguidas e o impacto negativo destas opções no desenvolvimento da ciência em Portugal.

6. A produção de conhecimento científico, de mais e melhor ciência, é hoje, como há 30 anos, o desafio mais relevante para o futuro do país. Resolver o problema da articulação entre diferentes políticas setoriais, não deve comprometer o investimento na ciência. Não será possível aplicar conhecimento se ele não tiver sido produzido. Para um desenvolvimento continuado e sustentável do sistema científico é necessário rever a articulação entre a política de ciência e de ensino superior, promovendo mudanças incrementais. Tal poderia passar por atribuir às universidades e às unidades de investigação que atuam no seu perímetro, por exemplo, mais responsabilidades e recursos financeiros que lhes permitam criar e consolidar carreiras de investigadores estáveis e permanentes, ou apoiar financeiramente áreas de investigação emergentes e estratégicas.



¹ Encontro Nacional Universidade – Chave para o Futuro, realizado no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, em 7 de dezembro de 2022, por ocasião das comemorações dos 50 anos da reforma Veiga Simão e da criação do Iscte. A sessão dedicada ao tema “Produção de conhecimento, difusão e valorização”, contou com as intervenções de Pedro Saraiva, Ricardo Paes Mamede, Nuno Bicho, M.ª João Pires Rosa e Cláudia Cavadas.

Nota: versão resumida de texto publicado no Relatório “O Estado da Nação”, IPPS-Iscte, 2023.



ENTREVISTA

FERNANDO BRITO E ABREU

Professor Catedrático Iscte Tecnologias e Arquitetura
Investigador ISTAR-Iscte

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Este é um projeto europeu
que envolve três centros de investigação
(ISTAR-Iscte, BRU-Iscte, IT-Instituto de Telecomunicações)
e que tem por objetivo produzir “caixas de ferramentas”
baseadas nas TI, para ajudar as PME do turismo.

E TURISMO SUSTENTÁVEL

Quais são os objetivos que este projeto quer alcançar?

O principal objetivo é a transição para modelos operacionais mais resilientes, circulares e sustentáveis no turismo, integrando soluções digitais inovadoras para melhorar a qualidade da experiência turística, descarbonizar o setor e contribuir para um crescimento económico mais inclusivo – não só para as PME europeias do turismo, mas também para os residentes dos destinos. Mais de metade do orçamento do RESETTING (resetting.eu), que ultrapassa o milhão de euros, será atribuído a 60 PME na área do turismo, 12 das quais em Portugal.

A equipa RESETTING do Iscte é multidisciplinar, com investigadores das áreas da computação, das telecomunicações, do turismo e do marketing. É este cruzamento de valências diversificadas, facilitado pelo ecossistema do Iscte, que nos permitiu definir objetivos ambiciosos.

De que forma o Iscte está envolvido e empenhado neste projeto?

A participação do Iscte no RESETTING é coordenada pelo ISTAR-Iscte, mas nele participam também investigadores da BRU-Iscte e do IT. O Iscte tem o maior orçamento dentro do consórcio e a responsabilidade de dois dos seis *workpackages* do RESETTING, um designado de “*Smart Tourism Tools*” (STT) e o outro de “*Data Analytics for Tourism*”. O primeiro, que tem como objetivo facilitar a criação de ferramentas para o chamado “Turismo Inteligente”, é o que envolve mais recursos em todo o projeto, com cerca de 12 investigadores e staff de apoio.

Que ferramentas são essas e como podem ajudar ao turismo?

Estamos a desenvolver três *toolboxes* (caixas de ferramentas), com software aberto (*open source*), hardware acessível, instruções detalhadas, filmes

ilustrativos e exemplos de aplicação, que permitam a construção, por PME europeias, de soluções para o turismo inteligente em contextos diversificados.

Uma *toolbox* é relativa à deteção, visualização, análise retrospectiva e previsão do apinhamento turístico, um problema bem conhecido em Lisboa que ocorre quando a capacidade de carga dos destinos é excedida, com vista à implementação de estratégias de mitigação, como o doseamento da visitação, ou a sugestão de percursos e horários menos problemáticos. Desenvolvemos no Iscte um detetor que, com base nas tecnologias do Wi-Fi e Bluetooth usadas pelos telemóveis, permite estimar o número de pessoas nas suas imediações. Protótipos desses detetores têm vindo a ser testados em vários locais do nosso *campus* e brevemente iremos instalá-los em pontos críticos do parque do emblemático Palácio da Pena, graças a uma parceria com a Parques de Sintra.

Outra *toolbox* visa a utilização da realidade aumentada (RA) e da realidade virtual (RV) em locais de visitação históricos, para recriar uma experiência de visitação mais próxima do que seria originalmente, quando o património foi depauperado no decurso do tempo. O protótipo em construção será validado no Palácio de Monserrate, também em colaboração com a Parques de Sintra.

O objetivo aqui será o de recriar, com recurso a RA/RV, uma visita durante a fase de opulência da vida nesse palácio, na transição do século XIX para o século XX, quando aí residia a família inglesa Cook. O edifício do palácio foi restaurado recentemente, mas o seu recheio perdeu-se quase integralmente no tempo. A recriação será conseguida através da sobreposição de fotografias bidimensionais da época com as imagens tridimensionais captadas atualmente no local. Serão também criadas réplicas virtuais tridimensionais de vários objetos reais que aparecem nas fotografias antigas.

A equipa é multidisciplinar, com investigadores das áreas da computação, das telecomunicações, do turismo e do marketing. É este cruzamento de valências diversificadas, facilitado pelo ecossistema do Iscte, que nos permitiu definir objetivos ambiciosos neste projeto.

E a terceira *toolbox*?

A última *toolbox* irá combinar veículos aéreos não tripulados, vulgarmente conhecidos como drones, com a comunicação móvel 5G que permite a transmissão de vídeo de alta-definição. O objetivo é permitir realizar visitas a locais inacessíveis, seja devido a limitações físicas dos próprios visitantes (promovendo um turismo mais inclusivo) ou à própria inacessibilidade do local, ou ainda para promover a sustentabilidade ambiental de destinos protegidos. Pretende-se que os visitantes possam selecionar e controlar remotamente mais do que uma câmara existente no drone e interagir com o seu piloto e com os outros participantes na visita, resultando daí uma experiência mais realista. Os testes de validação irão decorrer em colaboração com uma empresa de turismo científico no oceano.

As instituições que participam neste consórcio de investigação são muito diversas?

Há instituições de investigação e transferência de tecnologia como o Iscte e a Eurecat (Centre Tecnològic de Catalunya), uma associação de turismo

(Federació Empresarial d'Hostaleria i Turisme de la Província de Tarragona), uma associação de empresas tecnológicas (Clúster TIC Catalunya Sud), uma agência governamental de turismo grega (Heraklion Development Agency), a câmara municipal de San Benedetto del Tronto em Itália, uma agência turística albanesa (Albanian Trip) e ainda uma incubadora de empresas, o nosso conhecido AUDAX. Esta diversidade traduziu-se numa variedade de opiniões muito estimulante, determinante para o sucesso da candidatura no programa COSME da Comissão Europeia.

Este projeto visa a transição para um modelo de turismo mais resiliente, circular e sustentável, numa linha de investigação que o Iscte já explorava.

A ideia nasceu há uns anos com outro projeto em colaboração com uma ONG do Ambiente, o GEOTA, a Universidade Nova de Lisboa e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Chamava-se SUSTENTURIS, era focado na sustentabilidade do turismo e teve apoio do Fundo Ambiental. A ideia era



a criação de um *marketplace business-to-business (B2B)*, para fazer a ligação entre PME com oferta de produtos e experiências sustentáveis (como caminhadas, visitas a salinas, ao artesanato, observação de aves e muitas outras) e os grandes operadores do turismo. A inclusão desses produtos e experiências sustentáveis nos pacotes turísticos permitiria a redução da pegada ecológica, em particular dos turistas de longo curso. Entrámos em pandemia, o turismo parou e o planeta respirou fundo nesses anos, baixando os níveis

de poluição a nível global. Entretanto, vários orientandos meus terminaram as teses de mestrado em tópicos relacionados com a utilização de soluções tecnológicas para a promoção do turismo sustentável. Convidei para arguente um professor de uma universidade na Catalunha com trabalho muito relevante na área. Ele apreciou de tal forma o trabalho que estávamos a fazer no Iscte que passado pouco tempo nos convidou para integrar o consórcio que concebeu a proposta do projeto europeu RESETTING. ■

Observatório Europeu de Ferramentas para o Turismo Inteligente

Nos últimos anos, em particular devido à necessidade de repensar formas mais resilientes (devido à pandemia) e mais sustentáveis (devido à emergência climática) para o turismo, têm sido propostas bastantes soluções e ferramentas para o turismo inteligente, as já referidas *Smart Tourism Tools (STT)*. Contudo, não são facilmente adotadas por PME europeias do turismo, não só devido aos desafios habituais da transição digital (nomeadamente a exigência de competências digitais adequadas) mas, muitas vezes, como é reconhecido pela Comissão Europeia, pelo simples desconhecimento de que essas soluções e ferramentas existem e podem trazer valor para o negócio das PME.

O Iscte tem a tradição de criar e manter observatórios em várias áreas das Ciências Sociais. No âmbito do RESETTING, o Iscte irá criar o seu primeiro observatório relacionado com as tecnologias da informação, o *European Observatory for Smart Tourism Tools*. Será baseado numa plataforma para feiras virtuais na nuvem, em que empresas europeias desenvolvendo ou utilizando *STT* poderão ter o seu stand, de forma gratuita, aberta e permanente, com o patrocínio da Comissão Europeia. Na feira virtual, essas *STT* serão organizadas segundo uma taxonomia que desenvolvemos no Iscte e que foi validada recentemente por peritos com projeção mundial na área.

A portrait of Sofia Kalakou, a woman with long dark hair, smiling and wearing a white sleeveless top and large yellow and green earrings. She is standing outdoors with green foliage in the background.

ENTREVISTA

SOFIA KALAKOU

Professora Iscte Business School
Investigadora BRU-Iscte

RASTREAR OS IMPACTOS DA AVIAÇÃO E APOIAR A DECISÃO

Para otimizar as trajetórias de aviões e minimizar os impactos de emissões, de barulho e outras perturbações à vida humana e animal, foi lançado o projeto ReFmap. Espera-se que produza ferramentas úteis para as cidades, para os aeroportos e para as companhias aéreas.

Qual é a ambição de resultados do projeto RefMap?

Esperamos conseguir a criação de modelos que vão simular os impactos ambientais, de aviação de curto e longo curso – de aviões, táxis aéreos e drones. Projetamos que sejam criados modelos, utilizando a tecnologia da Inteligência Artificial, que depois serão integrados numa ferramenta, num software, que fará a combinação de vários impactos, o que nos permitirá disponibilizar o serviço a todos os decisores e *stakeholders* relevantes.

A existência desta ferramenta criará oportunidades de negócio para companhias aéreas e aeroportos, para repensarem como querem operar. Por exemplo, com base nos aspetos ambientais, onde queremos ter um novo aeroporto e como queremos permitir a utilização de drones nos sítios habitados? Uma ferramenta deste tipo vai criar muitas oportunidades de negócio.

Para minimizar as emissões, sabemos que o comboio é menos poluente que o avião...

Algumas utilizações na aviação, com hidrogénio, prometem uma utilização mais limpa. Por outro lado, se a aviação não ficar mais verde, os reguladores vão querer impor mais requisitos aos *stakeholders*. Ao nível da Comissão Europeia pretende-se que o setor dos transportes seja mais ecológico. Com os esforços que estão a ser feitos, acreditamos que as tomadas de decisão serão mais criteriosas.

Como é que o Iscte entrou neste projeto?

A universidade que está a liderar o projeto RefMap é o KTH Royal Institute of Technology de Estocolmo e os investigadores são maioritariamente da área aeroespacial.

Há algum tempo que há um grupo de pessoas tentando otimizar as trajetórias de aviões, com o objetivo de minimizar impactos de emissões, de barulho, bem como as perturbações subsequentes na vida humana e na vida dos animais. Mas, como acontece em todas as áreas, percebeu-se que uma abordagem unidimensional tem limites. A equipa técnica precisava de parceiros que pudessem dar *inputs, insights*, sobre como este trabalho técnico poderá responder às necessidades da indústria e às necessidades das pessoas que são decisoras. Aí entramos nós (Iscte) no consórcio, com a componente de gestão, para certificar que as ferramentas que forem criadas serão úteis às pessoas que vão tomar decisões, às companhias aéreas, aos aeroportos, às cidades e as empresas de tecnologias na área de transportes. Além de aviões, vamos também trabalhar com novos veículos, como táxis aéreos e drones.

O acesso a drones tem criado a necessidade de trazer os conhecimentos da área da aviação de longo curso para a dimensão da cidade. Estamos numa fase de transição e já há um elevado número de reguladores que está a tratar deste assunto ao nível europeu, mas há também uma pressão para a necessidade de haver ferramentas que permitam introduzir estas novas tecnologias na cidade, mas sem criar problemas no dia a dia. Temos ganho experiência nesta integração num outro projeto e vamos transferir este conhecimento para o RefMap.

Como está formado o consórcio em que a BRU-Iscte participa?

No total são oito universidades e três empresas, estas últimas dos Países Baixos, Inglaterra e Chipre.



Os novos modelos de negócios da aviação serão afetados pela disponibilidade de dados ambientais para cada tipo de aparelho e rota de veículo aéreo, ajudando à formulação de políticas verdes mais rigorosas e baseadas em evidências. Isso será alcançado por meio do desenvolvimento da plataforma de análise RefMap, processando dados ambientais e climáticos, como vento, ruído, emissões de CO2 e não CO2, tanto para U-space quanto para ATM – isto é, com novos serviços assentes num elevado nível de digitalização e automatização de funções e procedimentos específicos que apoiam a gestão de tráfego aéreo.

Uma está 100% envolvida na utilização de drones, outra está envolvida na utilização de drones e de aviões tradicionais, e a terceira empresa está a trabalhar em aspetos de integração das novas tecnologias nas operações em cidades.

Havia historial de colaboração entre estes parceiros?

Havia trabalho paralelo em algumas universidades, que estavam a avaliar impactos diferentes na aviação: uns trabalhavam sobre o barulho, outros sobre emissões, outros com a utilização de trajetórias, e viu-se a oportunidade de integrar todos estes modelos de análise numa ferramenta. Na prática, através de colaborações parciais entre alguns dos centros de investigação, conferências e eventos, e iniciativas também da Comissão Europeia, foi criado este círculo de colaboração.

O projeto está atento aos drones, veículo com grande variedade de aparelhos onde ainda falta legislação sobre como devem operar?

Sim, há na utilização comercial de larga escala. E essa carência começa na Europa. Neste momento a agência de segurança de aviação europeia, que lidera este assunto, está a criar os regulamentos. Desde o ano passado que existem regulamentos sobre o ambiente em que os drones poderão ser usados, mas também é verdade que os agentes envolvidos nestes processos não têm conhecimento das responsabilidades que vão ter.

Cada país terá de definir sozinho as suas próprias condições internas, com a cooperação de vários agentes: governos, autoridades nacionais de aviação, operadores, e as próprias cidades.

As cidades têm um papel muito forte, uma vez que vão ser elas a definir onde permitem que as novas tecnologias de aviação sejam usadas. Levará tempo a coordenar todas as decisões e as vontades dos diferentes agentes.

A falta de regulamentação pode estar a criar riscos para a fluidez do transporte aéreo?

Para se usar um drone individualmente é preciso ter uma licença da aviação nacional. Mas, nas cidades, as câmaras municipais terão de definir zonas onde poderão ou não ser usados drones. De acordo com o que indica a Comissão Europeia, há que definir, por exemplo, as distâncias de operações a prédios, distâncias a pessoas, etc. Outro aspeto importante a definir tem a ver com o barulho, a segurança, a poluição visual, etc.



Esperamos conseguir modelos de simulação de impactos ambientais, de curto e longo curso de aviões, táxis aéreos e drones.

Como vão trabalhar em conjunto com os parceiros?

Os nossos parceiros das universidades técnicas vão desenvolver algoritmos e simular os impactos. Depois vamos integrar tudo numa ferramenta (software) e nós, o Iscte e uma empresa, trataremos de explorar as oportunidades de negócio. Vamos fazer isso trabalhando com pessoas que fazem parte do projeto, mas também de fora.

Está prevista a realização de entrevistas a 100 pessoas da área da regulamentação, companhias aéreas, aeroportos, cidades, especialistas em aviação, que nos vão ajudar a perceber quais são os indicadores mais úteis que queremos ter na ferramenta, para transmitir aos *decision makers*. Vamos recolher informação através dos utilizadores finais mediante a análise de alguns cenários específicos. A ferramenta vai mostrar valores, indicadores e mapas de distribuição de impacto que os *stakeholders* poderão usar. ■



ENTREVISTA

JOÃO MINEIRO

Investigador CRIA | Iscte – Centro em Rede
de Investigação em Antropologia

DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA À REPRESENTAÇÃO DA POLÍTICA

“Fazer política: uma etnografia da Assembleia da República” resulta de uma investigação de doutoramento que, ao longo de três anos, mergulhou nos labirintos do parlamento, para perceber como a política é entendida por deputados, assessores, funcionários e jornalistas.

Qual foi a pergunta de partida para esta investigação?

As questões da investigação são uma construção permanente. É difícil imaginar uma pergunta colocada no início de uma investigação que seja exatamente a pergunta do final; o facto deste trabalho ser uma etnografia reflete-se nisso.

Na etnografia as perguntas vão surgindo à medida que nos vamos inserindo num determinado contexto humano, pode ser uma aldeia, uma igreja, um parlamento... No início as perguntas que eu tinha eram de natureza empírica: existe uma ideia de como o parlamento funciona, sobretudo a partir das representações mediáticas, ou da forma como o parlamento se apresenta a si próprio. Quis perceber como é que o parlamento funciona para lá dessa imagem: Quais são os espaços de trabalho formais/informais? Qual a história das pessoas que ali chegam? Como aprendem a ser deputados? Qual o papel dos funcionários ou dos jornalistas? O que é que os deputados fazem quando se deslocam para os distritos e qual o significado que atribuem a essas visitas? Quais são os espaços de bastidores e como se relacionam com os espaços mais públicos?

Estas perguntas eram pontos de partida, mas, ao longo do tempo, a reflexão foi-se metamorfoseando numa questão central que acabou por preencher toda a tese: *“Que ideia de política é construída no quotidiano de um parlamento?”*

Esta questão guiou, no fundo, a forma como li aquele mundo. Quando estudei a trajetória de vida dos deputados, fi-lo com a interrogação “O que é a política para estas pessoas? Como é que a sua história de vida se relaciona com a forma como elas foram imaginando a política? Que tipo de conhecimentos são valorizados na política? Que tipo de relações são relevadas na política institucional?”

Todos temos uma ideia sobre o que é política. O livro começa mesmo com essa discussão: o que

é a política para cada um de nós, em diferentes tradições teóricas, nos movimentos sociais, etc. Podemos ter conceções distintas. No parlamento constrói-se uma ideia muito própria da política que determina quem acede ou não; quem se consegue adaptar à instituição; de que forma as pessoas se apresentam enquanto representantes públicos; como se relacionam com os cidadãos; como constroem uma fronteira entre quem está dentro e quem está fora. O trabalho incidiu também sobre os assessores, os jornalistas, os funcionários da AR e cidadãos.

Qual foi o método e o período abrangido no estudo?

O estudo acontece entre julho de 2015 e outubro de 2018, acompanhando três sessões legislativas, o chamado período da “geringonça”. Em termos de metodologia, parto da ideia de que a etnografia é a metodologia global da pesquisa, mas que depois se desdobra num conjunto de métodos particulares: enquadro a observação participante e não participante – uma presença prolongada junto das pessoas que ali trabalham, às vezes de uma forma mais direta, e noutras de forma mais distanciada. Um segundo método foi o *job shadowing* etnográfico, o que passou por acompanhar uma semana de trabalho de determinadas pessoas. Aprender o trabalho que elas fazem implica estar sentado, ao lado de alguém que está a trabalhar e a receber emails e perceber junto da pessoa quais são os critérios que usa para responder, que tipo de respostas dá, se tem ou não autonomia, como vai buscar a memória da instituição, se tem que improvisar, em resumo, aprender na prática esse trabalho – seguindo como uma sombra o trabalho das pessoas. Fiz também 134 entrevistas, algumas prolongadas no tempo, como no caso dos novos deputados. Usei estatística descritiva, sobretudo para fazer uma análise sócio-demográfica das características dos deputados. Fiz análise de média,

ou seja, como é que as interações presenciais são transformadas em representação nas redes sociais e como é que tudo se processa com o papel do jornalista. Realizei também análise documental, dos diários da AR, dos regulamentos internos, dos projetos de lei. Fiz ainda retratos biográficos. No fundo, toda a metodologia foi centrada em perceber as práticas, os discursos e as relações.

Quanto aos deputados cobriu a mancha político-ideológica do parlamento? Como foi recebido?

Um dos defeitos deste trabalho decorre de uma das vantagens do mesmo: não diferenciar partidariamente o próprio corpo de representantes. Não diferencio partidos, nem sequer revelo a identidade política das pessoas. Se não se tiver em conta a metodologia, pode-se ficar com uma conceção homogénea dos deputados que, na verdade, são diversos. Optar por não por os nomes e não diferenciar os partidos foi uma condição *sine qua non* para que muitas pessoas me deixassem observar os seus gabinetes, as suas salas de trabalho, os seus emails pessoais. Isso não estava definido à partida.

Por exemplo, queria perceber as hierarquias: no parlamento há as formais, as informais, acontecem dentro dos grupos, em que há lógicas de disputa de poder, baseadas na antiguidade, no poder simbólico.

As pessoas só me relataram isso na condição do anonimato. Foram ganhando confiança e como digo no livro: para um etnógrafo o mais importante é “perceber o que é um segredo numa instituição”. É algo que me está a ser contado e que é suposto não ser revelado. Não é suposto contar determinada intriga, mas sim perceber qual é o papel da intriga neste mundo social. Não divulgar a identidade das pessoas pode ser considerada uma desvantagem. A vantagem é que não termos o nome dos partidos evita reproduzir a ideia de alguns cientistas políticos sobre o partido como “atalho cognitivo”. Quando temos o nome de um partido ligado a um facto há um conjunto de pré-conceitos que ativamos. Queria evitar isso.

O investigador também é um cidadão com ideias e interesses políticos, certamente. Na sua investigação não houve esse enviesamento? Como se protegeu?

Do ponto de vista metodológico, um etnógrafo parte do pressuposto de que o conhecimento que está a construir se baseia numa relação intersubjetiva entre quem está a observar e quem está a ser observado. Revelo coisas sobre mim às pessoas com quem estou na medida em que elas revelam coisas sobre elas mesmas, e é nesse diálogo que vamos ganhando confiança.

No parlamento as hierarquias são muito complexas, formais/informais, acontecem dentro de grupos, há lógicas de disputa de poder dentro de grupos parlamentares, baseadas na antiguidade, no poder simbólico.

Como não deixar que a identidade do investigador condicione a visão?

É multiplicar o número de pessoas com quem estamos e ter uma visão crítica da metodologia. Acompanhei todos os partidos (CDS, PSD, PS, PAN, PCP, PEV, BE), foi difícil, nem todos têm a mesma abertura. Quando um líder parlamentar diz: “tenho meia hora para si”, só posso fazer uma entrevista diretiva e escolher bem as perguntas. Noutros casos pude fazer uma entrevista aberta, com mais tempo. É, pois, importante multiplicar protagonistas, não só em termos partidários, mas também de diversidade. Às tantas reparei que estava a ouvir quase só homens. Claro que o parlamento é tendencialmente dominado por homens, mas ainda o é mais nas direções dos grupos parlamentares e de comissões. Ao longo da investigação há momentos em que faço ponto de situação. O parlamento é muito fragmentado e estavam a escapar-me pessoas que não pertenciam às lideranças, que não falavam no plenário, que não tinham contacto com os jornalistas. Então percebi que tinha de me focar também nos deputados anónimos, perceber o que eles fazem. Foi uma forma de evitar enviesamento inerente ao processo. Na investigação há que ser crítico com as metodologias que vamos aplicando e ir ajustando.

Contactou com culturas partidárias distintas. Encontrou semelhanças e diferenças, para lá das ideologias?

Diria que o corpo de representantes não é homogêneo, mas é coerente. Apesar de haver diversidade de posicionamentos, de histórias de vida, há características dominantes: percursos de escolaridade comuns, profissões dominantes, uma forma de relacionamento tendencialmente profissionalizada com os partidos, uma forma de entender a política no parlamento não como uma fase transitória mas como um momento de política a que se acrescentam outros, nas autarquias, nos partidos, etc. Há um

polienvolvimento muito partilhado e é por isso que 54% dos deputados, quando houve eleições autárquicas, foram candidatos.

Há uma representação política multiposicional – nas autarquias, no parlamento, nos partidos, é algo muito comum. Quando procuramos saber como chegaram a deputados os percursos são parecidos e, depois, ao nível das sociabilidades, os grupos de amigos, as relações familiares, a visão do mundo, andam em torno da política. Por isso é que digo que é coerente: a política torna-se uma dimensão referencial da vida destas pessoas.

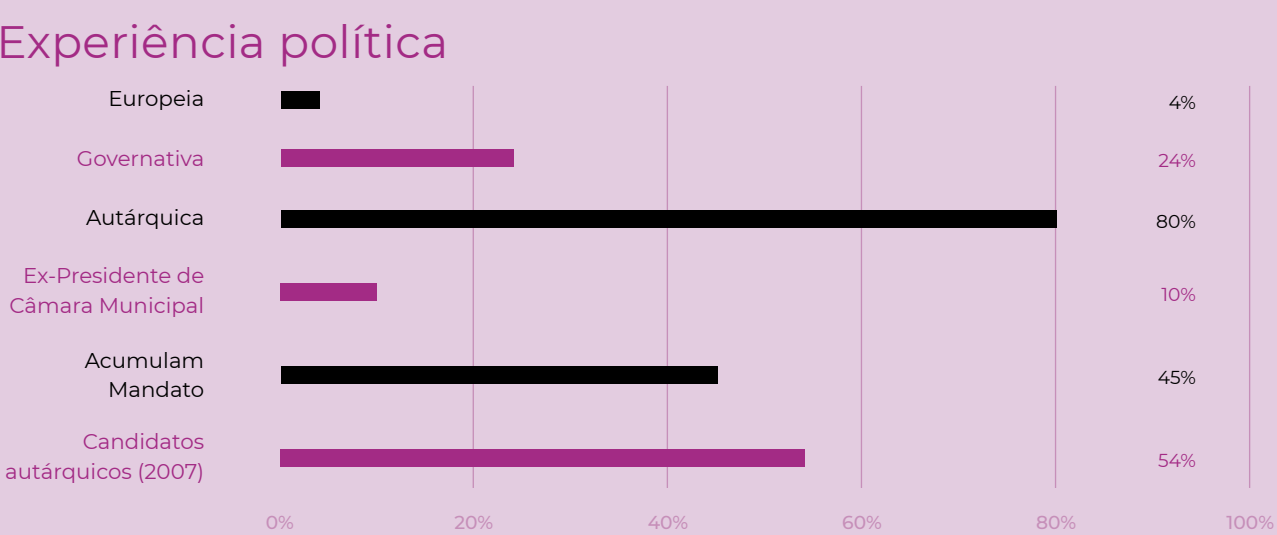
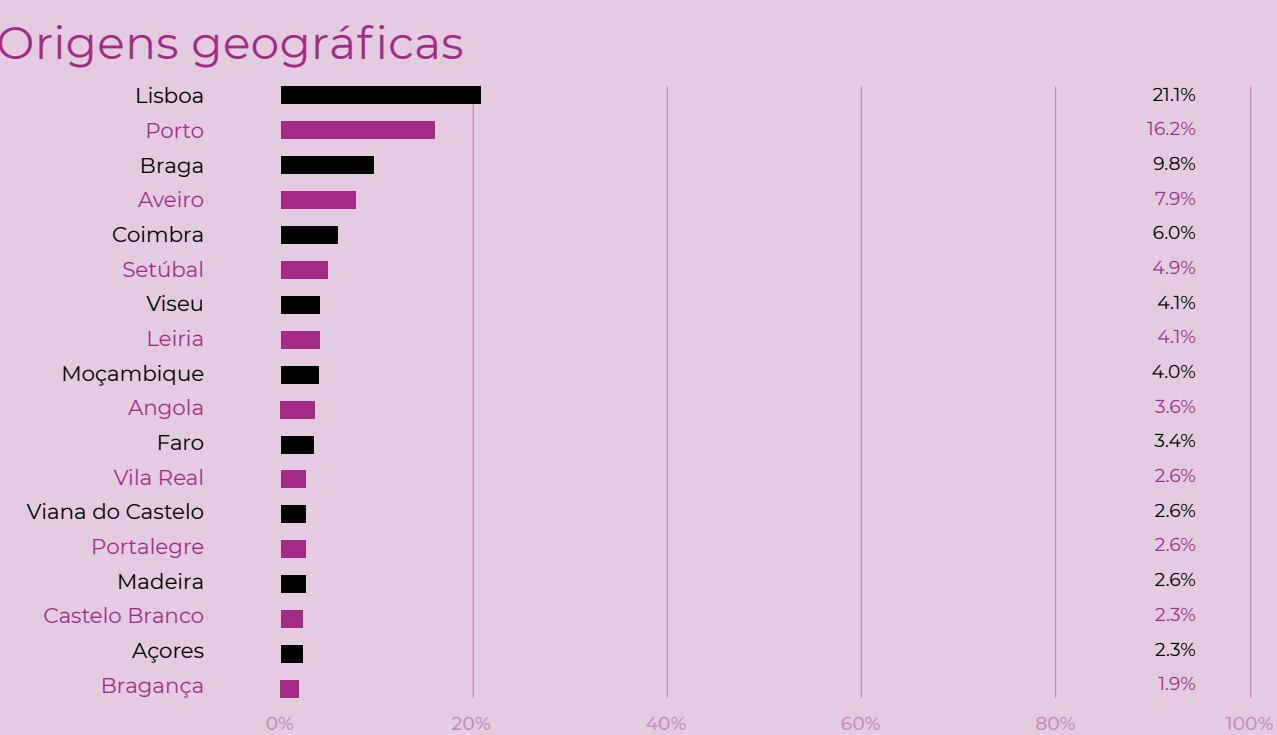
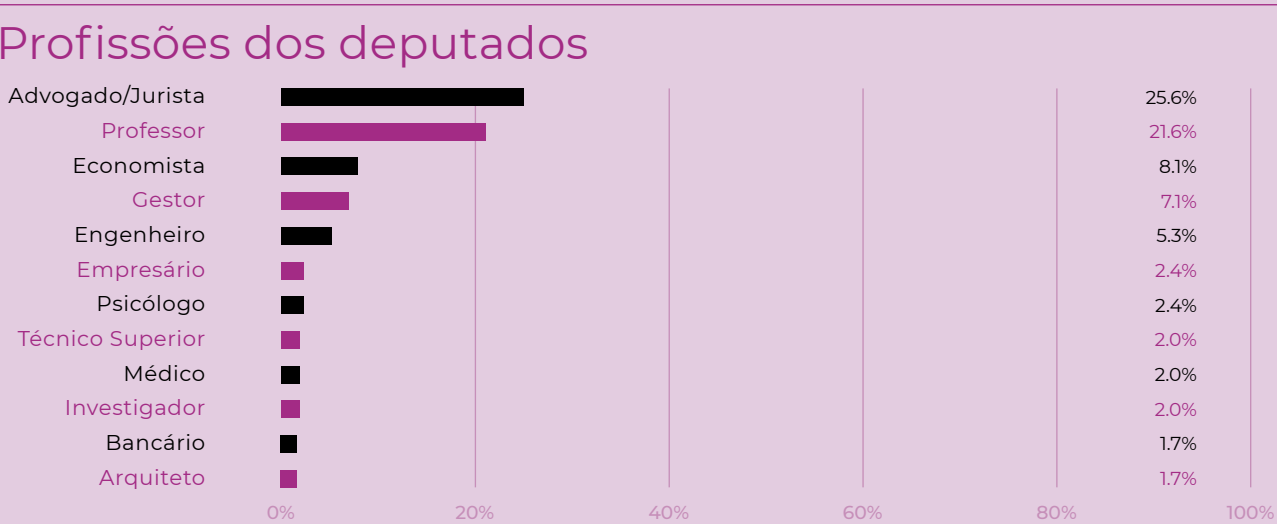
Os deputados mais novos têm dificuldade em inserir-se?

Quanto mais proximidade cultural e social as pessoas têm, mais fácil é a sua chegada ali e a sua capacidade de adaptação. E é nesse sentido que digo que não são homogêneos, mas são coerentes. Houve um deputado que diz, no livro: “nós somos políticos, mas temos de ter a chave do carro no bolso, porque a qualquer momento isto pode acabar e temos de seguir viagem”. Só que ele era professor nos anos 1970 e a disciplina que dava, entretanto, já tinha mudado duas vezes; ele próprio reconhecia que já não tinha condições de voltar. Há algumas pessoas que vivem um pouco atormentadas com o que abdicaram.

O próprio ritmo que se foi intensificando com as redes sociais, com os noticiários de 24 horas, tornou a política de uma tal exigência, em termos de envolvimento, que obrigou muitas destas pessoas a abdicarem de muito, a não terem a relação com a família e amigos que gostariam, a abdicarem de *hobbies* pessoais, de não poderem estar em espaços públicos da mesma forma. Transparece uma amargura que é muito verdadeira.

É preciso tempo para se conquistar um estatuto dentro do parlamento. Com o fator sociocultural começa a haver um certo reconhecimento





O jornalismo político
que se auto designa como elemento
de escrutínio da realidade, na prática,
é um elemento de construção
dessa mesma realidade.

de cumplicidade, empatia, um sentimento de per-
tença que vai moldando a trajetória das pessoas.
Há uma bolha que se constrói e é natural que as
pessoas vivam nessa bolha, desligam um pouco da
vida social do país – já não têm uma profissão há
muitos anos, já não se dão quotidianamente com
pessoas fora dali...

**Neste trabalho também acompanhou jornalistas
parlamentares. São um corpo muito particular?**

O jornalismo político que se auto designa como ele-
mento de escrutínio da realidade, na prática, é um
elemento de construção dessa mesma realidade.
Ou seja, os jornalistas são parte da construção de
uma determinada ideia de política, de um certo
tempo que a política tem, de uma certa urgência
e necessidade de hipercomunicação.
Há um episódio em que dois jornalistas se chatea-
ram um com o outro porque tinham combinado
usar a “estratégia ping-pong” e não aconteceu. E o
que é essa estratégia? Um faz um pedido de decla-
ração a um deputado e envia a outro por whatsapp
para ele pedir uma reação a outro partido, e assim
sucessivamente. Quando tivessem algumas rea-
ções, juntavam-se e faziam uma peça. Esse é jorna-
lismo “ping pong”. Qual é aqui a questão? Isto não é
uma forma de escrutínio da realidade política; é uma
forma de construção porque essa ação/contrarreação
está a ser construída pelo próprio jornalista.
Por outro lado, jornalistas que estão no parlamento
há muitos anos são muito críticos da forma como
evoluiu a cobertura noticiosa. Não têm tempo para
refletir ou historizar os processos, nem fazer *fact
checking*. E isso cria a ilusão de que o mero registo
do que se observa é, em si mesmo, uma represen-
tação do que está a acontecer. E não é.

Outro exemplo. Assisti a um debate muito acalora-
do entre o primeiro-ministro (PM) e um deputado de
um dos partidos de esquerda. Entretanto, o debate
acaba e o PM é visto com um deputado desse partido,
alguém próximo das negociações da geringonça.
Os jornalistas disseram então que o PM e o deputado
estavam a resolver a divergência do plenário. Nada
mais errado: estavam a tratar de um anúncio sobre
outro tema que só iria ser público dois meses de-
pois. Aquele assunto discutido no plenário já estava
consensualizado há várias semanas. Para que ser-
ve o plenário? Para mostrar que apesar compromis-
so que se iria anunciar uns dias depois, as posições
de partida dos partidos eram distintas.

**Ou seja, o plenário é o palco de representação
de algo que é negociado nos bastidores?**

O parlamento só funciona nesta dupla articulação
entre a representação pública da política e os bas-
tidores da democracia representativa.
O que tentei fazer foi um relato honesto sobre
o funcionamento do parlamento. Podemos pen-
sar: estão aqui espelhados os vícios desta demo-
cracia. E podemos olhar noutra perspetiva: a de
que temos um dos poucos parlamentos do mundo
onde há uma amplitude de correntes ideológicas
representadas, que foi sobrevivendo e mantem-
do diversidade (o que não acontece em demo-
cracias supostamente consolidadas, como EUA
ou Inglaterra). Ou seja, temos um parlamento
com mais de meia dúzia de partidos represen-
tados e que funciona, apesar de termos pessoas
de extrema direita e racistas até pessoas que
não se reveem no modelo de democracia liberal.
O parlamento funciona e é um espaço de repre-
sentação pública dessas diferenças.

COMPETÊNCIAS DO TREINO DESPORTIVO

NO MERCADO DE TRABALHO

ENTREVISTA

CÁTIA MIRIAM COSTA Investigadora CEI-Iscte

O Iscte liderou um projeto “Erasmus + Desporto” com o propósito de investigar as competências desenvolvidas através do desporto e identificar o seu valor no mercado de trabalho.

Qual foi o foco do projeto “Skills by Sport 4 Med”?

Tínhamos participado numa candidatura em que, de forma muito incipiente, já se abordava a transferência de competências do desporto para o mundo laboral. Já então identificáramos *skills* do treino desportivo que podem ser valorizados no mercado de trabalho. Tínhamos também um foco no Mediterrâneo, porque os países desta região apresentam, quase sempre, taxas de desemprego jovens muito altas. A investigação foi orientada desta forma.

Quais são as *skills* do treino desportivo que perceberam precisar de ser valorizados no mercado de trabalho?

Concluímos que precisamos valorizar a transferência de competências, como a pontualidade, o espírito de equipa, a resiliência, a capacidade de comunicação, o trabalhar por objetivos, etc. e que nem todas estas competências são estritamente *soft skills*. Por exemplo, o planeamento e a estratégia, ao contrário do que muitas vezes pensa quem não pratica desporto, está presente no desporto, sobretudo quando ele é muito competitivo. Temos de tomar decisões estratégicas para a nossa equipa ou para nós próprios ganharmos, quando se trata do desporto individual. E temos de saber gerir esforço, de gerir os nossos recursos.

A gestão de esforço é importante no mercado de trabalho e é valorizada pelos responsáveis dos recursos humanos das empresas. Ora, todos os dias a gestão de esforço é preparada pelos treinadores com as suas equipas, mas eles próprios não tinham a consciência de que o estavam a fazer.

Por outro lado, muitas vezes as pessoas indicam no seu currículo que praticaram desporto, mas isso pode ser um elemento diferenciador. Algumas dessas características são realmente *soft skills*, mas outras já entram por um campo mais técnico.

Foi uma descoberta relevante para mim perceber que nem as pessoas ligadas ao desporto tinham consciência da importância do seu trabalho na

preparação de um jovem para o mercado de trabalho. Ao longo do projeto realizamos *focus group* com treinadores e com diretores de recursos humanos de empresas. Trabalhamos em colaboração direta com os Treinadores de Portugal, no Comité Olímpico de Portugal, incluindo numa última sessão, para sensibilizar as duas classes profissionais e colocar as pessoas em diálogo direto.

Este projeto situou-se na área da formação, educação, jovens, desporto. Quem integrou o consórcio?

O projeto resulta de uma candidatura em que fomos coordenadores de uma equipa muito representativa do Mediterrâneo. Incluiu uma universidade de Espanha (com uma grande tradição de ligar desporto e sociedade), Itália (além de uma universidade, participa também uma empresa ligada aos meios digitais), Grécia (International Olympic Truce Centre), Chipre (Cyprus Sports Organization (CSO), Croácia (uma organização que congrega as várias modalidades desportivas, da Universidade de Zagreb) e também uma ONG que teve a sede no Reino Unido.

A ideia era também envolver parceiros associados, de países não europeus, como o Egipto. A pandemia trouxe vicissitudes várias, nomeadamente não podermos viajar. Nos eventos multiplicadores e disseminadores do projeto fizemos algumas tarefas online e depois tivemos de esperar. Por exemplo, não é fácil coordenarmos um *focus group* à distância. O próprio setor do desporto estava em adaptação e eles próprios tinham de dar aulas e treino online. Foi tudo muito desafiante, mas deu-nos uma satisfação enorme.

Mantivemos também a boa prática de fazer a reunião mensal do consórcio, online. Foi muito importante para manter o contato e não dar origem a que os parceiros desistissem. Foi um projeto cheio de obstáculos, como um sismo na Croácia que afetou a sede do nosso parceiro local, mas conseguimos ultrapassar as dificuldades. A maior parte do projeto decorreu durante a pandemia.



Precisamos de valorizar a transferência de competências, como a pontualidade, o espírito de equipa, a resiliência, a capacidade de comunicação, a gestão de esforço, o trabalho por objetivos, etc.

Fizemos um diagnóstico das competências do treino desportivo com o objetivo da sua valorização pelos gestores de recursos humanos.

Quanto à metodologia de investigação, o que destaca?

Primeiro, naturalmente, fizemos uma revisão da literatura e do que existia sobre esta área. Não há uma grande produção científica e vamos inclusive tentar publicar um *special issue* sobre o tema; tivemos dificuldade em angariar artigos, porque é uma área pouco explorada.

Na equipa tínhamos mais duas universidades: a universidade das Ilhas Baleares, Espanha e Università Cattolica del Sacro Cuore, Milão, Itália, que são da área da psicologia. Conseguimos desenvolver assim um estudo psicossocial e as três equipas colaboraram na elaboração dos guiões para os *focus group*.

Também tivemos o cuidado de ir fazendo o levantamento de testemunhos nestas duas áreas – desporto e recursos humanos – durante este período de trabalho. Numa dinâmica de *focus group*, quisemos saber como cada indivíduo expunha o seu conhecimento sobre esta questão.

Estivemos no Congresso dos Treinadores (em julho de 2022) a apresentar o projeto e foi, para mim, muito interessante ver o entusiasmo dos treinadores: era como se o conhecimento existisse, estivesse lá, mas como não era reconhecido, não era sistematizado. Fizemos um diagnóstico, sistematização de identificação de práticas, para haver uma proposta de valorização destas competências que identificamos. E tivemos a certeza de que já há, da parte dos recursos humanos, abertura para valorizar este tipo de competências de forma imediata, as quais não podem ser confundidas com *coaching* ou liderança.

A abordagem do projeto não fez separação entre treinadores de atletas individuais ou de equipas?

Há muitos aspetos que são comuns no treino dos atletas. Além de juntar atividades individuais e

coletivas também juntamos pessoas que são treinadores de alta competição com treinadores de iniciados, bem como pessoas do desporto adaptado e desporto sénior. Notamos que, em qualquer destes campos, há transferência de competências, a qual ocorre desde que haja uma prática consistente, persistente e orientada.

Em resumo, não há ainda um reconhecimento geral do valor intrínseco da prática desportiva e do ganho de competências inerente?

Posso dar um exemplo pessoal: pratiquei salto em comprimento e fiz ballet. Em nenhuma parte do meu currículo está que fiz ballet a vida inteira! Ora, quem pratica desporto ou uma atividade física análoga, tem muito maior consciência do limite físico e psicológico, sabe gerir o esforço.

Numa reunião com os parceiros até lhes disse que a palavra central deste projeto é *awareness* (consciencialização, reconhecimento), porque é a peça do puzzle que não estava lá. Isso traz-me alguma satisfação: saber que o nosso trabalho não foi criar uma situação, mas foi sobretudo ter intervenção social direta – que é muito interessante num projeto científico universitário. E conseguimos, durante o projeto, entrega direta à sociedade – isso é mais do que disseminar ciência. Há dois grupos profissionais a beneficiar diretamente de um projeto de investigação no qual estivemos envolvidos. Por exemplo, a questão da gestão do tempo é muito interessante e está muito mais presente num jovem que é atleta, do que num outro jovem que só tem a escola.

Observamos também que, por vezes, há uma falta de consciência social em relação aos treinadores. É um trabalho silencioso e, muitas vezes, só lembramos os treinadores apenas quando há medalhas.

Quais os *outputs* deste projeto que está a encerrar?

Temos um relatório de resultados para Portugal, graças à colaboração com a Confederação dos Treinadores¹, e vamos ter também um relatório final que ficará para consulta pública.

Cada resultado parcial do projeto está publicado. Tivemos a criação de um *toolkit*, que foi disponibilizado para ser usado pelos treinadores e para eles nos darem retorno sobre a necessidade de afinações. É uma implementação piloto. Ficar também em acesso aberto o *toolkit* para os treinadores que queiram utiliza-lo para a sua própria formação ou informação. Depois de afinarmos a plataforma ela ficará na página principal do projeto e provavelmente numa plataforma disponibilizada pela Comissão Europeia.

Para além do *toolkit*, teremos um *handbook* com todo o processo que foi desenvolvido pelo projeto, mas numa linguagem simplificada para poder ser utilizado pelos treinadores, pelos clubes, pelas federações, por quem tiver interesse. Vamos ter pelos menos três resultados ‘físicos’, que são o nosso compromisso de entrega: um relatório final de consulta pública, um *toolkit* de acesso aberto e um *handbook* também de acesso aberto.

Gostava de acrescentar que não temos o poder de influenciar as políticas públicas, mas temos o poder de influenciar a sociedade civil para que as políticas públicas mudem. Portanto, talvez seja de entregar o relatório final à Secretaria de Estado do Desporto. Sabemos também que os Treinadores de Portugal estão muito interessados em manter este projeto vivo, nomeadamente nos tópicos que promovem nos seus congressos. ■

¹ Confederação de Treinadores de Portugal representa 34 modalidades entre 28 associações de treinadores e 15 sócios individuais, reunindo à sua volta quase 40 mil treinadores com título profissional válido em Portugal.

Parceiros
**3 universidades
+ 5 outras entidades**

Treinadores
49

Modalidades
**individuais
e coletivas;
escalões de iniciados,
juniores, seniores
e desporto adaptado,
e ainda
alta competição**

Diretores/
Especialistas de RH
16

ENTREVISTA

PEDRO COSTA

Professor Iscte Ciências Sociais e Humanas
Investigador e Coordenador Cidades e Territórios
Dinâmia'CET-Iscte

DAR CENTRALIDADE À CULTURA DAS PERIFERIAS

Organizações de dez países, liderados por Portugal através da Artemrede e com participação do Dinâmia'CET-Iscte, procuram reforçar a capacitação dos agentes culturais do sul da Europa com abordagens participativas.



A discussão do que é central
e do que é periferia tem sido muito rica.
A atividade cultural legitima-se
por ser marginal em relação aos centros.
A própria atividade alternativa
mais criativa é a que não é central.

Quais são os objetivos deste projeto que assenta numa coligação de países do sul?

A coligação propõe-se colocar na agenda as especificidades do sul e periferia, em relação ao centro da Europa, no campo cultural. Trata-se de um projeto apoiado pelo programa Europa Criativa da União Europeia, que combina a dimensão da investigação com a intervenção mais criativa: associamos a criação artística à ciência também com a componente de investigação, mas o *core* é a criação artística.

Esta “Coligação do Sul” reúne Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Eslovénia, Sérvia, Croácia, Hungria e Roménia, países do sul da Europa e dos Balcãs. Na prática, são 15 parceiros (onze parceiros criativos e quatro universidades), alguns são redes culturais ou redes de municípios, temos um centro de residências artísticas em Itália, um festival, seis estruturas de criação e três redes. Estes projetos são muito exigentes, em termos de *project meeting*, gestão de projetos.

Como é trabalhada essa criação artística?

O projeto assume três vertentes de atuação. Uma, a criação artística propriamente dita, na vertente de estratégias colaborativas entre parceiros que resultam em novas criações. Como podemos ter colaboração entre parceiros criativos, e estes e as comunidades? De que forma os vamos envolver na criação artística?

O segundo pilar é o de capacitação das pessoas, ou seja, estando a trabalhar com agentes culturais, várias universidades, pessoas em vários países, a ideia concretiza-se na realização de um conjunto de atividades, como workshops – aqui no Iscte estamos a desenvolver dois *toolkits*. Basicamente trata-se de dar ferramentas para quem está no terreno refletir e atuar em termos culturais e artísticos,

na organização das próprias instituições culturais, na relação dos públicos, no conhecer os públicos. A terceira vertente vai tentar influenciar políticas europeias e, para isso, realizam-se duas grandes conferências. A primeira já aconteceu, aqui no Iscte, e a segunda será na Sérvia, no final do projeto. Está também prevista a publicação de um livro. Há ainda o propósito de, nas diversas atividades, seja a nível nacional ou da União Europeia, tentar advogar para que mudem as políticas favorecendo que se tornem estas periferias em centro.

Quando se fala em periferias, é no sentido literal?

Quando falamos em periferias falamos do sul ao norte da Europa, mas falamos também do Sul global em relação ao Norte global, ou também incluindo as assimetrias dentro dos próprios países. A maior parte destas instituições não estão no centro, ou nas capitais e, mesmo nesse caso, trabalham com comunidades periféricas. Bom exemplo disso é o próprio líder do projeto, a Artemrede, que é uma associação de municípios, que vai de Pombal até Palmela, a Abrantes, e trabalha muito nas periferias das cidades, ou com comunidades menos centrais.

No âmbito do projeto, no Iscte preparam-se dois *toolkits*. De que se trata?

Um deles é um instrumento para monitorização das audiências, para conhecer públicos. Assenta numa “matriz” numa plataforma informática, que se pode utilizar em oito línguas, onde vamos acumulando os dados que contribuem para conhecer o público. Este é um trabalho de construção conjunta: a matriz está a ser testada e aperfeiçoada com questões relativas a vários países. O outro *toolkit* tem a ver com a questão da qualidade da participação. Estes são projetos ancorados na ideia de participação das comunidades a vários níveis. Temos *hosting*



10

PAÍSES

15

ORGANIZAÇÕES

12

TANDEMS

30

COMUNIDADES
DE ACOLHIMENTO

communities, que acolhem os artistas nos seus processos criativos, e estes vão trabalhando em dois países diferentes; em alguns casos também num terceiro, o tal centro de residências artísticas em Itália. Trabalham com a comunidade, desenvolvem e apresentam na sua comunidade, e noutro país. Essa é uma forma, mas pode haver processos participativos a outros níveis. Estamos a fazer também um outro *toolkit* sobre como perceber a qualidade na participação, como fomentá-la, como avaliá-la, e esperamos apresentar esta caixa de ferramentas em Lisboa, num workshop agora em maio, a qual fica disponível depois do projeto.

Quais são as ideias chave que orientam o desenvolvimento deste projeto?

A produção artística está organizada em doze *tandems* de criação, isto é, um parceiro de um país, outro de outro país. Nessa combinação de dois parceiros, faz-se uma *call* em que são escolhidos artistas; o artista vai trabalhar nas duas comunidades/dois países e, depois, estreia a criação também nas duas comunidades de países diferentes. Esses *tandems* estão organizados em seis grandes temas, que tentam questionar a prática artística no sul da Europa. Os temas são estes: *Work and Happiness*, *Having a Voice*, *Connecting Dots*, *Bridging the Gap*, *Daily Bread* e *Right to the Future* – questões que, no fundo, são os desafios colocados aos artistas e também às comunidades. E as universidades – nós Iscte, Barcelona, Montpellier, Belgrado – temos a missão de ajudar os artistas nesta reflexão. Tentamos em conjunto discutir os temas do projeto na perspetiva de influenciar as políticas. Tivemos, há relativamente pouco tempo, a conferência realizada pelo Iscte e pela Artemrede em Portugal, “*Having a Voice: Peripheries and participation at the heart of cultural policies*”.

Há uma outra dimensão na pesquisa, que está só do nosso lado, que é monitorizar o projeto e os seus impactos, o que se faz muito nos projetos europeus. Para além dos dois *toolkits* referidos, temos um outro *toolkit*, desenvolvido aqui no Dinâmia’CET, para medir o impacto das atividades culturais, de forma que as pessoas possam avaliar os seus impactos, em 75 dimensões! Basicamente tem a ver com as questões económicas, mas também com o impacto social, ambiental, em termos de participação e cidadania, e com o impacto cultural propriamente dito. É uma grelha que permite avaliar impactos desde um grande festival a uma iniciativa pequena.

Como é que as universidades contribuem para algo liderado pela sociedade civil?

A ideia foi as quatro universidades serem complementares. Nós, Iscte, temos trabalhado muito a cultura na relação com o território, impactos, a ideia de periferia, sul, etc. A equipa do Dinâmia’CET inclui ainda o Ricardo Venâncio Lopes, a Margarida Perestrelo e a Elisabete Tomaz. Depois temos a Universidade de Artes Dramáticas de Belgrado, onde estão, por exemplo, mais interessados na questão das carreiras artísticas e na articulação com as grandes questões de política cultural da UNESCO. A Universidade de Montpellier e a Universidade de Barcelona têm trabalhado juntas, nos campos da gestão cultural, das políticas e da participação cultural, seja com comunidades específicas seja com públicos generalistas.

As iniciativas dos parceiros do projeto abarcam que setores das artes e da cultura?

A maioria dos parceiros são das artes performativas, muito na fronteira entre diferentes artes.

As *call* têm sido relativamente abertas, têm aparecido muitas pessoas nas artes performativas, dança, artes circenses, mas também artes visuais, e assim têm sido selecionadas pessoas muito diferentes, por exemplo, na fronteira entre arquitetura-instalação-performance. Há aqui muito trabalho interdisciplinar, mesmo em termos culturais. Até porque há a barreira da língua: por exemplo, apresentar uma peça em português, na Grécia, é difícil. Há pouco tempo tivemos um *tandem* com uma artista grega, que atuou em Torres Vedras. Era uma atuação de dança, mas havia algumas palavras e estavam traduzidas.

Quais as particularidades detetadas nos países de periferia que levaram à necessidade de fazer este projeto?

Isso foi muito discutido, inclusive na conferência “*Having a Voice*”, por exemplo, face ao paradoxo de fazermos uma conferência em inglês quando nenhum dos parceiros é inglês! Estamos a utilizar uma língua do centro porque normalmente a legitimação artística é feita na Inglaterra, na Alemanha, na França, nos grandes países europeus. A ideia é discutir esta condição de periféricidade (periférica) que nós temos, e onde o sul é mais imaginário que geográfico.

A discussão do que é central e do que é periferia tem sido muito rica até porque muita da atividade cultural se legitima por ser marginal em relação aos centros, e a própria atividade alternativa mais criada é aquela que não é central.

O ponto de partida foi criar uma rede que quisesse questionar o centro e pensar o que, em termos de políticas, é importante para chegar ao centro. E também tem sido discutido se estas pessoas querem ser o centro. A partir do momento em que sejam o centro, não terão os vícios de que se queixam acerca do centro?

Qual é o *output* que se espera venha a existir?

Vários, para além das criações artísticas propriamente ditas, temos feito workshops de capacitação técnica das pessoas, sobre a relação com os públicos, com os artistas. A ideia é haver um conjunto de lógicas e de técnicas que são partilhadas, e de rotinas em que as pessoas aprendem umas com as outras. Há pessoas a serem capacitadas nos vários workshops. Há três redes neste projeto: a Artemrede, em Portugal, a Transversal na Catalunha e, em França, a Occitane. Têm muitas vezes os mesmos problemas pelo que há partilha efetiva de *know how* entre eles.

Para nós também tem um lado de *advocacy* importante: colocar estes espaços, com problemas diferentes, com a barreira da língua, com a legitimação das suas escolas, com problemas em relação à própria escala dos mercados, assumirem essas características. A ligação à prática e às políticas culturais e de desenvolvimento territorial é sempre muito importante.

No final do projeto, após a conferência na Sérvia, em 2024, o que vai perdurar?

As criações realizadas têm, na prática, dois espetáculos, mas a ideia é que depois estejam disponíveis para venda e para circular com outros públicos. No final haverá também um relatório, mas temos a ideia de fazer uma publicação muito virada para o público em geral, para as instituições culturais e as pessoas do setor, mas também para os decisores políticos, com uma secção para as políticas públicas de cultura. Não está no projeto, mas a ideia (em Portugal) também é poder fazer-se, no final, uma espécie de festival com os espetáculos que foram exibidos, agrupa-los num sítio, para dar maior visibilidade ao que foi feito. ■

12

PRODUÇÕES
ARTÍSTICAS

25

WORKSHOPS/
SEMINÁRIOS
X 25 PESSOAS
(MÉDIA)

2

GRANDES
CONFERÊNCIAS
(PORTUGAL 2023 +
SÉRVIA 2024)

1

PUBLICAÇÃO
FINAL
COM RESULTADOS
DO PROJETO

JOANA ALEXANDRE

Professora Iscte Ciências Sociais e Humanas
Investigadora CIS-Iscte

RUTE AGULHAS

Professora Iscte Ciências Sociais e Humanas



JOGOS DIDÁTICOS PREVINEM ABUSOS SEXUAIS NA INFÂNCIA

Duas psicólogas têm investigado formas de capacitar crianças, para que estas possam identificar potenciais situações de risco de abuso sexual e o que fazer. Criaram um conjunto de materiais psicoeducativos e o seu trabalho investigação-ação estende-se já a Cabo Verde.

Como é que a temática dos abusos em crianças e jovens começou a ser trabalhada no Iscte?

Rute Aguilhas (RA) Fui convidada, em 2011, no âmbito do Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, para colaborar em algumas Unidades Curriculares (UC). Uma era sobre Abuso Sexual – Avaliação e Intervenção, já que trabalho nesta área, como perita forense, há 25 anos. Houve depois uma aluna que manifestou interesse em aprofundar as questões da prevenção primária do abuso sexual, algo que em 2013/14 estava ainda por estudar de forma mais sistematizada, e foi assim que eu e a Joana nos conhecemos. Iniciamos a orientação da tese dessa aluna, a Nicole Figueiredo e, em 2016, publicamos “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, o primeiro jogo para crianças dos 6 aos 10 anos. Em Portugal, observa-se maior prevalência do abuso sexual de crianças na faixa etária dos 8 aos 13 anos. Criámos depois um outro jogo com diferentes atividades, ajustado a outra faixa etária (3-6 anos de idade). Trata-se do kit pedagógico “Picos e Avelã à descoberta da Floresta do Tesouro”, pensado para crianças em idade pré-escolar.

Agora estamos a ultimar o jogo de cartas “Vila Segura”, destinado a jovens entre os 11 e os 14 anos, com o objetivo de aumentar os seus conhecimentos e promover competências sobre o abuso sexual, mas também sobre os maus-tratos e o *bullying/cyberbullying*.

A necessidade de criar produtos didáticos aconteceu durante a investigação e abordagem a esse problema dos abusos?

Joana Alexandre (JA) A Rute tinha a experiência da avaliação pericial das vítimas e queria orientar-me para uma linha de investigação-ação, ou seja, uma componente mais aplicada. Houve um “casamento” de interesses. A partir daí mantivemos

o processo de envolver sempre estudantes do mestrado de Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco, quer no desenvolvimento de materiais novos, quer no teste desses mesmos materiais. Era importante saber se, com estes jogos, as crianças aumentavam os seus conhecimentos ou se, por exemplo, podíamos utilizar o jogo pensado para a idade pré-escolar em crianças um pouco mais velhas.

Nesta linha de investigação aplicada pensamos primeiro no que é que os profissionais em Portugal precisam, procurando avaliar a eficácia dos materiais desenvolvidos.

RA O então presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Dr. Armando Leandro, decidiu oferecer o jogo “Búzio e Coral” a todas as CPCJ às quais nós demos formação para poderem levar a cabo iniciativas de prevenção primária com recurso ao jogo. Ao mesmo tempo, as CPCJ colaboraram com um primeiro estudo de avaliação do jogo junto das crianças. Foi uma sinergia. Hoje em dia, o jogo acaba por ser um recurso de toda a comunidade e tem havido um feedback muito positivo.

Não há linhas de investigação financiada em Portugal orientadas para investigação-ação sobre abusos e violência sobre crianças e jovens?

JA Quanto ao financiamento da investigação, temos de o procurar. Mas também fazemos *advocacy* nos direitos da criança – p. ex., como devem ser ouvidas em tribunal – e até foi com esse propósito que iniciamos uma colaboração com Cabo Verde. Também temos estado envolvidas em projetos na área da Justiça Amiga das Crianças, e foi nesse âmbito que desenvolvemos um site – Projeto 12 – pensado para crianças de diversas idades e para os profissionais que as ouvem. Reúne diversos materiais para

crianças a partir da idade pré-escolar e foi criado no âmbito de uma linha de financiamento, à qual concorreu a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, tendo como parceiros a Logframe (que fez uma primeira identificação de necessidades) e o Iscte (através de nós as duas).

Fomos também convidadas pela Cooperativa Aproximar a ir à Grécia apresentar os nossos materiais num projeto Erasmus+, e notamos muito interesse neles. Ao trabalharmos em rede surgem sempre oportunidades.

Esta área suscita interesse da parte de mestrandos?

JA Sem dúvida! Todos os anos temos alunos interessados em fazer mestrado com este tema.

Identificam carência de formação nas entidades que operacionalizam a denúncia de abusos?

RA O nosso sistema tem várias arestas que precisam de ser limadas. Na primeira linha de intervenção, importa repensar a atuação das escolas ou dos centros de saúde, por exemplo. Depois, num segundo nível, temos as CPCJ que precisam de formação e supervisão e carecem de uniformizar os seus procedimentos. Por fim, temos o tribunal, a Polícia Judiciária ou o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, por exemplo, também com aspetos a melhorar.

Damos formação sobre a audição da criança em tribunal aos auditores de justiça e a magistrados no Centro de Estudos Judiciários. Todos juntos, pretendemos melhorar a intervenção dos tribunais. A Polícia Judiciária (PJ) também tem feito um trabalho importante de sensibilização das CPCJ e das escolas, para que, face a uma suspeita de abuso sexual, seja chamada de imediato a intervir. Algumas escolas ainda chamam a PSP quando surge uma suspeita de abuso sexual mas é a PJ que deve ser chamada.

A prevenção primária, com materiais lúdicos e atrativos dirigidos às crianças, deve ser um trabalho sistemático desenvolvido ao longo do tempo.

JA Quando há muitas entidades a trabalhar com o mesmo fim, o grande desafio é trabalhar, mas trabalhar bem, em rede. Tem sido um processo gradual e hoje os procedimentos estão mais claros. Mas é preciso formação contínua e muito diálogo entre as diversas entidades. Por exemplo, quando uma criança é vítima de violência doméstica ou assiste a um homicídio, tem de se atuar logo, em articulação com a escola, com a CPCJ, com a polícia, pelo superior interesse da criança vítima.

Neste contexto, o Iscte é já responsável pela monitorização do trabalho em rede desencadeado por um projeto piloto (EEA Grants), designado A teu Lado, que está na Amadora, Loures, Seixal, Almada, Loulé e Faro. A atuação é muito diferente de território para território. No final vamos informar de que forma é que o trabalho em rede se torna mais eficaz.

Em Cabo Verde, onde colaborámos mais recentemente, as oportunidades e as fragilidades do trabalho em rede são as mesmas. Há lacunas e desafios que são transversais.

A realidade do abuso sexual em Cabo Verde é análoga à portuguesa?

RA Tem semelhanças e especificidades. Os abusos sexuais acontecem com maior frequência no contexto da rede familiar da criança, seja por familiares ou por vizinhos, à semelhança do que acontece no nosso país. No entanto, e desde 2020, com a pandemia, aumentaram os crimes sexuais contra crianças via online.

Em Cabo Verde, existe uma outra realidade que as diversas entidades ainda sentem dificuldade em assumir, que é o turismo sexual de crianças, nas ilhas do Sal e Boavista. Sobre este fenómeno temos informações muito díspares: alguns serviços afirmam que é uma realidade camuflada, enquanto outros negam a sua existência. Não podemos esquecer

que grande parte do PIB de Cabo Verde vem destas ilhas mais turísticas.

Não existem também dados concertados: temos os dados do Ministério Público, das polícias e do ICCA – Instituto Cabo-Verdiano da Criança e do Adolescente. Mas não existe ainda um relatório anual integrado. Sem dados, a problemática mantém-se mais silenciada; tal não pode acontecer.

Quando começou o vosso trabalho em Cabo Verde e quem são os parceiros locais?

RA No contexto de um evento online organizado pela ACRIDES – Associação de Crianças Desfavorecidas de Cabo Verde começou uma reflexão sobre a justiça amiga das crianças. Pediram apoio ao CEJ que indicou o meu nome, e assim surgiu esta ponte com Cabo Verde.

A ACRIDES pretende instalar uma sala de escuta de crianças em cada ilha, sendo que já existem em quatro ilhas (Santiago, Sal, Boavista e São Vicente). As salas de escuta seguem o modelo norte-americano, e são um espaço com várias salas onde as crianças vítimas de abuso sexual são avaliadas e entrevistadas. Dispõem também de uma sala de observação médica. Estas salas de escuta são equipadas com um sistema de gravação audiovisual e os diversos profissionais assistem à sua entrevista noutra sala. Isto permite que a criança seja entrevistada menos vezes e facilita uma abordagem mais integrada e holística.

Posteriormente, pediram-nos formação para melhor capacitar os profissionais que vão utilizar estes espaços. Estivemos em Cabo Verde em novembro do ano passado e, mais recentemente, em março, a dar formação a grupos interdisciplinares, constituídos por magistrados, polícias, professores, psicólogos, médicos, etc.

JA Para além disso, desenvolvemos um Guia de Procedimentos, pensado especificamente para

Abusos sexuais na infância
são um problema de saúde pública.
E os jogos didáticos são
instrumentos para ajudar
as crianças a identificar
esses comportamentos.



É fundamental abordar estes temas nos currículos escolares, envolvendo as crianças de modo a aumentar os seus conhecimentos e a desenvolver as suas competências.

esta realidade. Em Portugal, começamos por publicar um Manual de Boas Práticas para a Audição da Criança, em parceria com o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, que inclui histórias para as crianças que vão ser ouvidas em tribunal, em e-book: O Dia que a Mariana não queria + O João vai a tribunal. São materiais totalmente gratuitos. Mais recentemente, no contexto do Projeto 12, elaboramos um Guia de Boas Práticas para Profissionais sobre a Audição da Criança, disponível no site. É muito importante a capacitação de profissionais, não só em termos formativos, mas também com a disponibilização de recursos. Criamos também uma *check list* que ajuda os profissionais a rever e autoavaliar a forma como ouviram uma criança, de modo a melhorarem a sua prática ao longo do tempo. É sempre possível melhorar, tendo em conta que o objetivo é reduzir o risco de revitimização da criança.

E como surgiu a ideia de criar um jogo específico para Cabo Verde?

RA Levamos para Cabo Verde os jogos que já tínhamos desenvolvido em Portugal, e pensamos se não seria melhor criar um novo jogo adequado às especificidades da realidade local, nomeadamente, as dinâmicas familiares (os cuidados das crianças são acima de tudo assegurados pela mãe, sendo que em muitas situações o pai é mesmo desconhecido) ou a enorme fragilidade ao nível dos cuidados de saúde e educação.

Pensamos que Cabo Verde são nove ilhas, logo, podíamos criar nove temas – mantemos os mais transversais e que a literatura indica como sendo especialmente relevantes – e acrescentamos três outros: a violência baseada no género, os direitos das crianças e as competências sociais e emocionais. Este jogo foi realizado para a ACRIDES, com a colaboração do Ministério da Justiça de Cabo Verde e o apoio da Embaixada dos Estados



Unidos da América. E assim nasceu o “Picos e Avelã à Descoberta das Ilhas do Tesouro”, um jogo “gigante” destinado a crianças entre os 7 e os 12 anos de idade.

JA A ACRIDES criou uma rede nacional de proteção de crianças e jovens contra a violência sexual e cada ilha tem uma rede local. O trabalho em rede é também um legado da fundadora da ACRIDES, a Lourença Tavares. Um dos seus objetivos é que esta rede seja sustentável ao longo do tempo, impactando positivamente as comunidades.

Têm afirmado que o problema dos abusos sexuais na infância é um sério problema de saúde pública...

Não somos só nós que afirmamos isso! Relaciona-se com a elevada prevalência, com o facto de ser uma problemática global e não uma realidade de países mais ou menos desenvolvidos. Há um forte impacto negativo, a curto, médio e longo prazo, não só nas vítimas, mas também nas famílias, nos irmãos, nos colegas de turma, na comunidade

em geral. Este impacto é sistémico. É a elevada prevalência e a globalidade do fenómeno que permitem enquadrar o abuso sexual de crianças como um problema de saúde pública.

Em Portugal existe sensibilidade para abordar o *bullying*, a violência doméstica ou a violência no namoro, que acabam por ser abordados de forma mais transversal no contexto escolar. É fundamental abordar estes temas nos currículos escolares, envolvendo as crianças desde cedo – sugerimos a partir dos três anos – de modo a aumentar os seus conhecimentos e a desenvolver as suas competências. No nosso país, a abordagem do abuso sexual de crianças nas escolas ainda depende do interesse dos professores e educadores, pois não existe qualquer orientação superior nesse sentido.

Trabalhar a prevenção primária com materiais lúdicos e atrativos, dirigidos para as crianças, é algo que deve acontecer de uma forma sistemática, ao longo do tempo. O que não significa colocar o ónus da proteção e da prevenção na criança. A proteção é um dever dos adultos, de todos nós enquanto comunidade. ■

Psicólogas integram comissão da igreja sobre abusos sexuais

Rute Agulhas, que já integrava a Comissão Diocesana de Lisboa, coordena desde o início deste mês o grupo VITA, criado pela Conferência Episcopal Portuguesa para fazer acompanhamento de vítimas de abusos sexuais na Igreja Católica em Portugal. A juntar ao acompanhamento psicológico, o grupo dará também apoio social e jurídico.

Além de receber eventuais novas denúncias, este organismo de acompanhamento de vítimas vai redigir o “manual de prevenção”. E, a partir de 22 de maio de 2023, tem ativadas as plataformas de contacto: pelo telemóvel 915 090 000 ou, por email geral@grupovita.pt. O atendimento telefónico faz-se de segunda a sexta-feira, entre as 9h e as 19h, e é feito por um dos membros executivos do VITA. O trabalho será ainda articulado com o INEM, para casos de maior fragilidade.

Além da psicóloga Rute Agulhas, o grupo VITA é constituído por outros psicólogos com diferentes especializações: Alexandra Anciães, Joana Alexandre e Ricardo Barroso e ainda o assistente social Jorge Neo Costa e a psiquiatra Márcia Mota.



SANDRA MARQUES PEREIRA

Investigadora Dinâmia'CET-Iscte

PAULO TORMENTA PINTO

Professor Catedrático Iscte Tecnologias e Arquitetura

Diretor e Investigador Dinâmia'CET-Iscte

SORAYA GENIN

Professora Iscte Tecnologias e Arquitetura
Investigadora ISTAR-Iscte

PROJETOS MULTIDISCIPLINARES SOBRE ÁLVARO SIZA

Património, arquitetura e sociologia dialogam sobre a obra de Álvaro Siza em três de projetos de investigação.

A capacidade de adaptação ao tempo, ao contexto do lugar e aos usos dos edifícios são traços da sua obra.



Três projetos de investigação em torno da obra do arquiteto Álvaro Siza. Qual o âmbito de atuação de cada projeto?

Paulo Tormenta Pinto (PTP) No âmbito das suas agendas para a arquitetura, a FCT entendeu ser importante fazer um trabalho que envolvesse a comunidade científica sobre a arquitetura de Álvaro Siza – por ser uma figura destacada, um intelectual de primeira linha e uma personalidade de grande prestígio internacional.

Foi desencadeada uma *call* (com a Fundação de Serralves e Ministério da Cultura) para projetos de investigação específicos que aprofundassem a obra do arquiteto. Houve 17 candidaturas, foram aprovados seis projetos e o Iscte acabou por ficar com três. E isto aconteceu graças à diversidade e à transversalidade disciplinar que existe no Iscte onde, neste contexto específico, a arquitetura funciona como uma espécie de charneira entre várias abordagens. Temos uma boa capacidade de trabalho coletivo.

Havia linhas orientadoras sobre as temáticas a concurso?

Soraya Genin (SG) As candidaturas corriam em quatro linhas: paisagem, arte, construtivas e questões sociais. Curiosamente ficamos (no Iscte) os três em linhas diferentes. A minha proposta foi dirigida para as questões construtivas.

PTP Já o nosso projeto está relacionado com as questões urbanas e a transformação das cidades, ocorridas em Portugal depois da Expo 98. Queremos perceber qual é o papel da arquitetura do Siza nesta transformação.

Sandra Marques Pereira (SMP) A linha de investigação em que estou a trabalhar é relacionada com

a vivência e usos da arquitetura de Siza e, portanto, envolve sociologia, antropologia, etc. Queria que se abordasse uma área pouco estudada em termos de habitação.

Associa-se o Siza habitualmente ao SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), à habitação social na Holanda ou em Berlim. A nossa proposta (da equipa) foi pegar em três obras que representassem uma parte da trajetória profissional do arquiteto, mas também que reflitam as condições de produção e das políticas de habitação, e do setor privado. Propomo-nos fazer três estudos de caso que representam momentos da sua história e deste tempo coletivo: o Bairro da Bouça (no Porto), os Terraços de Bragança (em Lisboa) e a Torre em Nova Iorque – que é o seu reconhecimento máximo como arquiteto global.

Já existia a vontade de trabalhar sobre a obra de Siza?

SG Tenho um interesse especial porque também sou presidente da Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) que apresentou, em 2017, a candidatura das obras do Siza a património mundial.

Fez-se então uma lista indicativa de obras a selecionar, a qual foi aprovada pela comissão nacional da UNESCO. Assim, este projeto também está a desenvolver a pesquisa necessária ao êxito desta candidatura. É preciso fazer uma série de estudos, tem de se provar o valor excecional da obra, identificar os atributos do Siza. O projeto designa-se “Siza ATLAS: filling the gaps for World Heritage”. Havia inicialmente 18 obras selecionadas, agora são oito, nacionais, para apresentar na candidatura a património mundial. Isso pressupõe que se garanta a gestão do sítio. Escolhemos, portanto, as obras que já estão classificadas como

monumento nacional e imóvel de interesse público, porque essas obras têm proteção e garantem a conservação.

Quais as obras que vão sustentar a candidatura a património mundial?

SG A Piscinas de Marés e a Casa de Chá de Boa Nova (Leça da Palmeira), o Bairro da Bouça, Faculdade de Arquitetura, Museu de Serralves (Porto), a casa Alves Costa (Caminha), a igreja de Santa Maria (Marco de Canavezes) e o Pavilhão de Portugal na Expo (Lisboa). Todas estão protegidas, embora tenham graus de complexidade diversa.

Esta candidatura surge num contexto de reflexão e debate que vê que património moderno está muito pouco representado no património mundial reconhecido. A UNESCO corrobora a ideia de que é preciso alargar a tipologia de bens e do classificado, pois quando falamos em património pensamos logo no antigo: castelo, palácio, convento, etc. Mas o património moderno também tem valor universal!

PTP No projeto que lidero, a “Monumentalidade Crítica de Álvaro Siza”, estamos essencialmente a trabalhar com a obra do Siza para analisar um momento particular das políticas públicas no revitalizar das cidades, particularmente no período que se seguiu à Expo’98. Ao abrigo do Programa Polis, o arquiteto Siza acabou por desenvolver trabalho em quatro municípios: Chaves, Viana do Castelo, Vila do Conde e Matosinhos. Estes são casos de estudo e permitem-nos perceber o *know how* que foi acumulando nessas intervenções de revitalização urbana, que se constituiu à volta das experiências que tinham sido preparadas aqui para Lisboa, onde o Pavilhão de Portugal é uma peça central.

Em termos de relevância cultural, no campo da arquitetura, a obra de Álvaro Siza transcende a nossa própria contemporaneidade.

De que forma é que essa experiência é pertinente na obra do Siza?

PTP Normalmente há um certo desejo de monumentalização dos territórios e a obra do Siza aparece a operar criticamente dentro dessas dinâmicas. Do ponto de vista mais geral, do estado da arte, é frequente uma análise muito focada nos objetos arquitetónicos. No nosso projeto, mais ancorado com o eixo da paisagem, procurou-se descolar dessa dimensão mais arquitetónica, mais objetual (não comparável), e estabelecer uma visão larga sobre o modo como estes projetos se integram dentro de operações de maior âmbito. Há aqui uma interligação com o trabalho que a Soraya desenvolve.

A experiência de grande relação com os sítios, está também na arquitetura do Siza para obras de maior dimensão e congrega uma sensibilidade sobre o modo de interpretar a arquitetura que tem um fundamento pedagógico. Por essa razão, esse trabalho é trazido para a sala de aula. De uma maneira mais

Bairro da Malagueira, Évora ©DR



Pavilhão Portugal, Lisboa ©DR



direta, os nossos alunos foram desafiados a fazer ensaios de arquitetura que pudessem dialogar com estas operações, tentando extrair daí uma tomada de consciência sobre o todo, o itinerário crítico e teórico da arquitetura portuguesa contemporânea, onde o Siza é uma figura destacada.

Nos arquitetos há uma postura unânime quanto ao prestígio, a reputação e a presença de Álvaro Siza neste período contemporâneo. Ele é de uma importância que transcende a nossa própria contemporaneidade, em termos de relevância cultural no campo da arquitetura.

Fizeram também entrevistas com Siza no âmbito dos projetos. O que destacam?

SMP Foi muito interessante, do ponto de vista sociológico, ver nele um grande pragmatismo e uma grande inteligência institucional na ligação com os clientes. Também falamos do seu método de projeto. Para quem, como eu, não é da área, interessa desconstruir a ideia do “artista caprichoso”. Dou aulas em arquitetura e vejo, da parte dos alunos, a mitificação extrema da figura do arquiteto. É evidente que há em Siza uma capacidade distintiva, um talento, mas também há racionalidade, conhecimento, e sobretudo muito pragmatismo na adaptação ao contexto de produção da obra. Isso é muito interessante.

No seu projeto “Siza_3city” estão em análise três edifícios de Siza?

SMP A ideia é abordar os três casos do ponto de vista da produção – o *modus operandi*, a cadeia

Há em Siza uma
capacidade distintiva,
talento, racionalidade,
conhecimento e
pragmatismo
na adaptação
ao contexto
de produção
da obra.

de produção do bem imobiliário, e como é que ela se vai alterando ao longo do tempo – e do ponto de vista do consumo, da apropriação por parte das pessoas. Há uma questão fundamental que é a valorização imobiliária das assinaturas de um arquiteto mundialmente conhecido, um Pritzker. Esse é um aspeto fundamental na Torre de Nova Iorque e nos Terraços de Bragança; é interessante porque vamos percebendo o processo e as campanhas. O marketing é uma peça chave da construção da marca Álvaro Siza, e da narrativa adjectivante da Torre de Nova Iorque.

Bairro da Bouça, Porto ©Pedro Ferreira



Depois, do ponto de vista da apropriação, do consumo, vamos agora lançar um inquérito na Bouça. A ideia é ver como é que as pessoas se apropriam da obra, e quais são as motivações e as percepções de viver numa casa Siza. Temos na equipa a Idalina Machado, que tinha feito, do ponto de vista sociológico, a sua tese de doutoramento sobre a primeira e a segunda fase desse empreendimento do Porto. Agora o ‘bairro’ está a ser vendido e reocupado e, isso, sugere uma transformação muito grande. A própria valorização simbólica de Siza, altera a percepção e o valor imobiliário daquele espaço. A última década é um manancial de transformações do ponto de vista habitacional, inclusive do ponto de vista do valor do projeto. Já a Torre de Nova Iorque é um caso muito interessante porque nunca foi estudado, mas também porque é uma realidade do mercado mais competitivo do mundo e introduz questões surpreendentes.

Um certo estímulo à apropriação do edificado, por quem o visita e por quem o habita, permanece para lá da obra de Siza?

SG Também temos estado a debater-nos com estas mesmas questões, de apropriação das casas, sobretudo na Malagueira (bairro em Évora). E, tal como o Paulo trouxe o projeto para as aulas, também envolvi uma turma de Projeto Final de Arquitetura (PFA) do Iscte (que coordeno). Os alunos aprendem imenso com Siza e a questão das habitações é muito pertinente, porque as pessoas quando se apropriam (do construído) acabam sempre por alterar e fazer

Torre, Nova Iorque ©Nuno Grande



Terraços de Bragança ©Pedro Ferreira



ao seu jeito, modo e vontade. Para elevar uma propriedade a património mundial isso traz problemas, mas é o próprio Siza que admite alterações! Na Malagueira, no projeto de pormenor, há a tipologia A e B e depois as próprias pessoas começam a pedir para baixar o muro, para introduzir a escada no pátio, etc. E é o próprio arquiteto Siza que vai fazendo alterações a um projeto original. Diz que as pessoas são livres. E diz que a arquitetura é feita com o tempo. Recentemente fez a renovação do Bairro da Bouça e introduziu as marquises. O que é fantástico no Siza é que ele se adapta às pessoas!

Siza é um desconstrutor da imagem do arquiteto inacessível e faz uma arquitetura muito permeável ao tempo e às pessoas?

PTP Essa questão é interessante. No nosso projeto também fizemos uma entrevista a Siza, como ponto inicial e focando muito o período do projeto, que é o fim dos anos 1990 até à primeira década e meia do século XXI. Ora ele posicionou a entrevista nos primeiros anos da sua produção – 1960/1970, em que trabalhou no campo da habitação em Caxinas, tendo como cliente António Vila Cova, um promotor local, que dominava na altura a construção e a vida dos pescadores.

Nessa época trabalhou numa situação precária, em obras que estavam em curso. É algo muito interessante, pois revela aceitação das condições de produção que estão colocadas à partida. Aqui não é o contexto de primeira linha, de processos neoliberais da contratação, como acontece agora em Nova Iorque.



Depois de Caxinas, falou-nos dos trabalhos de habitação social na Holanda e na Alemanha, projetos esses que lhe permitiram manter a atividade de arquiteto, depois da revolução portuguesa e do SAAL. Essas obras de habitação social realizadas em contextos externos foram uma oportunidade para compreender os vários territórios, procurando introduzir legibilidade urbana em cada um desses sítios.

Siza é afinal completamente adaptável?

PTP Siza não leva uma matriz arquitetónica ou uma tipologia previamente ensaiada, para a aplicar em cada um dos territórios. Pelo contrário, os territórios, a sua evolução morfológica e urbanística, são argumentos que utiliza para reinterpretar o programa que tem de desenvolver em cada um desses sítios.

O nosso projeto aborda essencialmente o conceito de monumentalidade. Com isso pretendemos questionar as expectativas que se colocam sobre a produção do mais reputado arquiteto português, cuja obra foi desenvolvida num período marcado por um certo estrelato dos arquitetos, e pela sublimidade icónica das grandes obras. O início da carreira de Álvaro Siza é fundamental para perceber a postura crítica que foi mantendo.

SG O respeito pelas questões sociais, tem-no igualmente pelas questões do território. Adapta-se e diz: a ideia está no sítio.

Ele não arrasa para fazer de novo. Um bom exemplo disso é a reconstrução do Chiado. Ele retoma a fachada original do período pombalino e estuda o lugar e, por outro lado, rompe o tardo dos edifícios,

recriando espaços para o percurso. Para ele a importância do lugar estava no plano.

PTP Isto reforça a ideia da legibilidade da cidade, que tem a ver com grande parte das decisões do arquiteto partirem de uma análise muito cuidada sobre o metabolismo daquele sítio.

Siza não só atribui importância ao regresso e estudo da tipologia pombalina, mas ele conseguiu fazer uma coisa surpreendente que é cruzar essa matriz com um extrato do território anterior à própria reconstrução pombalina. Consegue perceber os percursos da cidade medieval que existem naquele sítio e essa leitura do lugar dá-lhe argumentos interpretativos para uma ação arquitetónica contemporânea. Os percursos de acesso ao Carmo não são mais que

Álvaro Siza numa simples frase?

SANDRA
MARQUES PEREIRA

Ele é um pragmático inteligente,
que pensa pela própria cabeça.
E tem sentido de humor.

SORAYA
GENIN

Podia dizer que é um humanista,
um artista, transforma o simples em arte.
Pessoa muito humilde e na obra dele
transparece a verdade do sítio,
como se ele trabalhasse o sítio
de uma forma simples, mas que
fosse adequada ao lugar.

Tudo o que faz está
sempre relacionado com o lugar
e tem sempre esta questão
da tradição e da modernidade.

PAULO
TORMENTA PINTO

Vivemos num período de grande
fragmentação e com grandes dúvidas
e grandes ruturas, do ponto de vista social
e político. Esta desorientação arrasta-se
também à arquitetura. O que me
parece fundamental no Siza
é a capacidade de trabalhar sobre
as invariáveis da arquitetura. Um termo
que, aliás, o seu mestre, Fernando Távora,
utilizava: as invariáveis. Nesse sentido
ele mantém, protegida, uma certa
cultura arquitetónica, que consegue
congregar na sua produção.

Siza diz que as pessoas
são livres. E diz que
a arquitetura
é feita com o tempo.
Recentemente
fez a renovação
do Bairro da Bouça
onde introduziu
as marquises.

o retomar um percurso que existia antes do plano de Eugénio dos Santos (arquiteto responsável pela reconstrução da Baixa Pombalina de Lisboa após o terramoto de 1755) sobre aquele território.

Nestes vossos projetos procura-se a valorização do percurso e da obra do arquiteto Álvaro Siza, mas não deixa de ser curioso que esse reconhecimento esteja concentrado no Iscte?

PTP É muito curioso que seja o Iscte mas também que haja uma predominância dos seis projetos selecionados pela FCT na área de Lisboa, já que a obra de Álvaro Siza é mais frequente no norte do país. Assim, para além dos três projetos que têm acolhimento no Iscte, decorrem dois outros também no IGOT e no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. A Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto acolhe também um projeto.

SMP No caso da Soraya há já um grande trabalho anterior que ela tinha, mas no meu caso houve uma *call* e este projeto foi uma oportunidade para ver, do ponto de vista sociológico, a arquitetura de um grande autor, de um prémio Pritzker português. Mas, à medida que o trabalho se vai desenvolvendo, é impossível ficar indiferente à figura. Creio que nunca faria esta investigação se não tivesse havido uma *call*.

Quais são os resultados que podemos vislumbrar a partir destes projetos de investigação que terminam em 2024?

PTP Vamos lançar o livro “Critical Monumentality” com os resultados, na segunda quinzena de novembro, na Casa da Arquitetura em Matosinhos. Há uma questão importante: a obra, o espólio do arquiteto Siza não está todo concentrado no mesmo sítio. Há uma parte substancial aqui em Portugal, na Fundação Gulbenkian, e em Serralves, mas a maior parte está no Canadá, no Canadian Centre of Architecture (CCA). Estivemos lá em pesquisa e temos, portanto, um conjunto de materiais inéditos relativos à obra do Siza que pretendemos publicar neste livro. Para além de uma perspetiva sobre as políticas de orientação nas cidades, há esta questão de um conjunto de fontes primárias que foram consultadas e que vão revelar material inédito.

Depois projetamos juntar os municípios de Chaves, Vila do Conde, Viana do Castelo e Matosinhos no lançamento do livro, como forma de valorizar a obra do Siza e as ideias que temos sobre a sua produção. O livro terá uma edição em português, depois em inglês.

SG Nós temos previsto editar um livro em papel “Atlas do Siza”, mas sobretudo deixar uma plataforma colaborativa digital. Vamos ao site do Siza e digitalmente não há nada. Assim, estamos a fazer um

inventário completo das obras dele que irá para uma plataforma que vai ser construída ao nível informático, aqui no Iscte, e que tem características diferentes de um site normal: permitirá pesquisar, cruzar palavras, terá possibilidades de pesquisa georreferenciada, com tecnologia SIDOC¹. Faz parte da equipa a Luísa Domingues, que é do Departamento de Ciências e Tecnologias de Informação (DCTI), portanto estamos a trabalhar nessa área para que seja uma ferramenta eficaz para os investigadores e quem quiser saber mais.

E terminando o prazo do projeto, como é que uma plataforma dessa envergadura se atualiza?

SG Esse é o problema com que terei de lidar a seguir. Uma das próximas tarefas é ver como poderemos manter o site, que será em inglês e *bilingue* a prazo. Devo sublinhar que temos tido muita colaboração dos arquivos, tanto da Gulbenkian, como de Serralves, como o CCA, temos acesso quase livre. A Câmara de Lisboa e a Câmara do Porto também colaboram.

SMP Como *outputs*, o nosso projeto pretende ter um livro, uma *Summer School*, mas no fundo penso que mais importante é a abordagem temática. São as metodologias e o trabalho interdisciplinar entre as ciências sociais e a arquitetura, que é algo que nesta universidade/Iscte faz todo o sentido. E a outra perspetiva é a da abordagem da produção imobiliária, no contexto contemporâneo de mercados imobiliários muito competitivos, e do estatuto, da assinatura de Siza, na comercialização na competitividade imobiliária que é um fator muito importante. ■

¹ Com o sistema SIDOC é possível converter papel em documento eletrónico, libertando espaço físico. O sistema permite de forma organizada a gestão, armazenamento e partilha de documentos digitalizados.

Obra de Siza candidata a património mundial

Oito projetos do arquiteto Álvaro Siza integram a candidatura a Património Mundial da UNESCO, que foi submetida a 6 de abril.

A candidatura intitulada “Obras de Arquitetura de Álvaro Siza em Portugal” faz parte da lista indicativa do Património Mundial de Portugal desde 2016, com uma lista de 18 projetos, que foi, entretanto, reduzida a oito.

Os escolhidos são:
o edifício da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto,
a Piscina das Marés, a Casa de Chá da Boa Nova, o Museu de Serralves, o Pavilhão de Portugal em Lisboa, o Bairro da Bouça, a Igreja do Marco de Canavezes e a Casa Alves Costa em Caminha.

Os casos do Bairro da Bouça, no Porto, e a Casa Alves Costa, em Caminha, estão ainda na fase de serem submetidos para classificação nacional. De qualquer forma a candidatura está a ser preparada para ter extensões futuras, permitindo associar outros projetos do arquiteto, nomeadamente algumas que estavam na lista indicativa inicial: a Malagueira, em Évora, ou o Chiado, em Lisboa.

LUÍS CAPUCHA

Professor Catedrático Escola de Sociologia
e Políticas Públicas
Investigador CIES-Iscte
Coordenador do Núcleo de Estudos da Deficiência

NOVA ABORDAGEM

A área dos Estudos da Deficiência
e Direitos Humanos é das mais recentes
na investigação e formação
especializada do Iscte.

Para a equipa que a dinamiza,
as políticas públicas fazem a diferença
na vida das pessoas com deficiência.

NOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA



O Núcleo de Estudos da Deficiência, no seio do Iscte responde a que necessidade?

O Núcleo surge porque o Iscte tem saberes, capacidade, recursos e tradição para alargar os seus estudos à deficiência na perspetiva dos Direitos Humanos. Surge como uma oportunidade de desenvolver uma área importante de investigação, mas também de ensino e de prestação de serviços. O Iscte tem essa tradição, desde o tempo em que o Professor João Ferreira de Almeida e eu próprio nos envolvemos na elaboração da proposta técnica para o Plano Nacional de Reabilitação, no início dos anos 1990, até às avaliações de programas que atuam na área da deficiência, como o Horizon (1991/1999) e o Integrar. Mais tarde realizaram-se outros estudos, em conjunto com o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, para a integração da pessoa com deficiência.

Essa “tradição” desenvolveu-se ainda mais com um doutoramento que foi defendido no Iscte, e que tinha a deficiência como temática e a intervenção precoce como política pública¹. Há também um conjunto de estudos que temos vindo a realizar com uma instituição que é a Inovar Autismo, como a avaliação do projeto europeu “Young mediators for inclusion” e outros. Este projeto promove a participação de crianças/jovens com autismo em atividades desenvolvidas por estruturas comunitárias, em pé de igualdade com os seus pares, através do apoio de “jovens mediadores para a inclusão”. Temos participado nos domínios da construção de ferramentas para a integração, como o “Kit Direitos Humanos”

¹ “As políticas públicas e a qualidade de vida das famílias com crianças com autismo: o caso da intervenção precoce na infância”. Tese de doutoramento de José Miguel Nogueira, defendida a 6/3/2019, sob orientação de Luís Capucha.

– Portugal Inovação Social ou o “Digitoool” – Digital Inclusive Tool, e ainda num estudo de maior dimensão: a avaliação do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI).

O MAVI é uma política inovadora que tem um grande potencial para a vida das pessoas e também nos domínios da segurança social, e que criou uma dinâmica que agora a reitoria do Iscte resolveu desenvolver e prolongar, promovendo o Núcleo de Estudos da Deficiência.

Relativamente ao MAVI, a intervenção do Iscte foi avaliar a sua aplicação?

Exatamente. O Modelo de Apoio à Vida Independente orienta-se por uma nova geração de políticas públicas, muito orientadas para o cumprimento dos direitos humanos e para a promoção da autonomia das pessoas. É uma política que põe uma pessoa com deficiência em relação com uma pessoa que lhe dá apoio, o assistente pessoal, para que ele possa suprir algumas das carências nos mais diversos domínios: nos transportes, no lazer, no trabalho, na educação. As pessoas com deficiência, muitas vezes, resolvem os problemas resultantes da deficiência apenas com o terem apoio de uma pessoa que ajuda a realizar um conjunto de tarefas. Esta é uma política que está ainda numa fase embrionária, está a ser desenvolvida há menos de cinco anos, embora já haja alguma consolidação do modelo, e que foi avaliada para ver o seu potencial desenvolvimento. A conclusão principal da avaliação é que a política foi fundamental, mudou efetivamente a vida das pessoas e das suas famílias, fazendo com que houvesse pessoas que pudessem voltar a trabalhar, a ter tempo de lazer, enfim, coisas básicas que, quer as pessoas deficientes quer as suas famílias, pudessem passar a poder fazer.

Há aspetos passíveis de melhorar, quanto à remuneração e ao desenvolvimento da profissão de

assistente pessoal, e também quanto ao modo como o serviço é prestado. Mas há um grande consenso de que este projeto é fundamental e esta política é capaz de mudar, a fundo, o rumo da vida das pessoas.

Do ponto de vista da metodologia, o que destaca?

Este projeto de avaliação foi também muito interessante, e digo-o enquanto investigador, do ponto de vista da metodologia. Fizemos vários inquéritos às pessoas deficientes, aos assistentes pessoais, às famílias, aos técnicos, etc. Percorremos todo o sistema, com taxas de participação elevadíssimas, superiores a 90%. E seguimos um princípio: o de que ninguém responde por ninguém, isto é, as pessoas com deficiência, se tinham condições cognitivas para responder, respondiam, sem que fossem colocados técnicos ou familiares a falar “em nome de”. Foi uma inovação importante do ponto de vista das metodologias científicas.

Outro aspeto, relativamente raro, é que todos os instrumentos foram discutidos de forma fina com os técnicos envolvidos e com as pessoas que eram destinatárias das medidas. Depois de termos construído as ferramentas de inquirição com base na nossa *expertise*, fomos confrontar esses instrumentos com as pessoas, o que permitiu duas coisas muito importantes: a primeira, confirmar que as pessoas confiaram que as perguntas certas estavam a ser feitas e, portanto, que não omitiam aspetos importantes; por outro lado, que todas as questões estavam lá inseridas e que as perguntas pudessem ser formuladas de forma a serem entendidas por toda a gente, sem equívoco ou dúvida. Esta metodologia foi implementada não junto de um pequeno grupo, mas com o universo das pessoas. Foi muito interessante o processo de participação na construção das ferramentas de inquirição, e foi rigoroso do ponto de vista científico.

Há uma nova
geração de
políticas públicas,
muito orientadas
para o
cumprimento
dos direitos
humanos
e para a promoção
da autonomia
das pessoas.

Como é que está previsto o desenvolvimento do Núcleo de Estudos da Deficiência?

O Núcleo está situado no CIES e na Escola de Sociologia e Políticas Públicas, por comodidade, mas é uma estrutura muito aberta. Neste momento tem já a participação de pessoas que não são do Iscte. Fizemos uma primeira reunião, com mais de 20 pessoas, interessadas em participar em atividades concretas do núcleo e realizamos o primeiro Seminário Internacional, em maio, com uma enorme adesão. Apraz-me registar que há uma grande diversidade de pessoas a aderir: da área da medicina, ciências biomédicas, neurologia, da área do direito, da psicologia, da arquitetura, do serviço social, da sociologia em diferentes ramos, pessoas das artes. Isto permite perspetivar um desenvolvimento multidisciplinar muito importante no estudo deste tipo de problemas sociais.

Optam, pois, por uma abordagem muito aberta.

Todos os problemas sociais beneficiam sempre de contributos de diferentes áreas científicas para construir objetos multidisciplinares, como aqueles que respeitam à transição entre ciclos na vida das pessoas em vez de irmos estudar apenas a família, a arquitetura da cidade, a doença, a escola, o trabalho, a reabilitação, etc. As transições são sempre



**A Pós-Graduação
“Estudos da Deficiência
e Direitos Humanos”**
visa preparar profissionais
técnicos do setor, bem como
recém-licenciados
que pretendam
profissionalizar-se na área
e dirigentes de organismos
públicos, autarquias
e instituições de solidariedade
social. O curso constitui-se
como a primeira Pós-Graduação
em Portugal, acessível
para pessoas surdas
e com outras incapacidades,
pretendendo-se com isso
dar um sinal claro da lógica
inclusiva do mesmo.

momentos de crise. Por exemplo, como se processa a transição da família para a escola? E na escola, entre os ciclos? As pessoas vão-se organizar por áreas de estudo e desenvolver candidaturas aos principais programas de financiamento nacionais e europeus. Também estamos disponíveis para responder a qualquer solicitação exterior e emprestar a nossa competência académica ao serviço das políticas de integração social e dos direitos humanos.

O Núcleo tem ainda duas outras áreas: educação e a difusão de conhecimento.

A investigação é a dimensão central do Núcleo de Estudos da Deficiência, mas temos uma área que é sua consequência direta: a difusão de conhecimento

científico. Em 2023 estão previstas duas conferências. Em maio promovemos uma discussão sobre o Modelo de Apoio à Vida Independente, a autonomia e seu potencial. Mais no final do ano, dedicaremos outra conferência internacional às questões da Educação.

Temos ainda a área do Ensino, estando abertas as candidaturas para uma pós-graduação. Estamos cheios de ideias e de iniciativa. Sempre foi apátrio do Iscte: inovar na investigação e no ensino. No nosso país há ainda um défice enorme nesta área da ciência nas universidades. Universidades estrangeiras já têm uma área de *disability studies* mas em Portugal só existe um ou outro investigador a fazer coisas dispersas, isoladas.

No Núcleo seremos capazes de produzir informação científica de utilização universal e fazer o acompanhamento das políticas, dos principais indicadores, para disponibilizar relatórios anuais sobre a evolução desta área. Sabemos que há um *trade-off* entre conhecimento e políticas públicas e, portanto, quanto mais conhecimento há nestas áreas, maior a tendência para existirem boas políticas sociais.

Como se organiza o Núcleo de Estudos da Deficiência?

O Núcleo vai ter a funcionar junto dele um Conselho Consultivo, para o qual vamos convidar municípios, associações representativas do setor

e as entidades públicas que gerem as políticas (ISS, INR, etc.). Queremos que o Núcleo de Estudos da Deficiência seja um espaço de encontro e colaboração, que viva das iniciativas das pessoas ou das instituições, um espaço de encontro e partilha para as pessoas que trabalham nesta área. Estamos abertos às sugestões de temas para propostas de trabalho e também a transferir conhecimento. Iremos também fazer uma candidatura a um curso online.

Nos nossos planos e na nossa maneira de atuar está sempre a ideia de incluir pessoas com deficiência. Queremos que também se associem ao Núcleo e tenham nele uma participação ativa a todos os níveis. ■

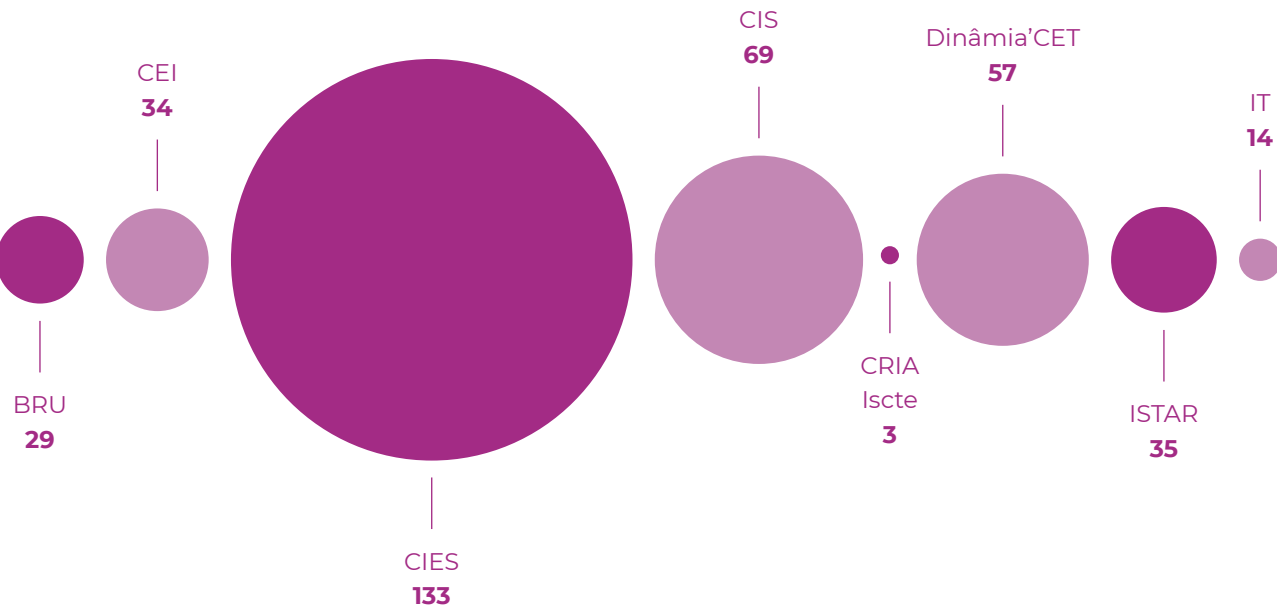
INVESTIGAÇÃO NO ISCTE

RAIO X

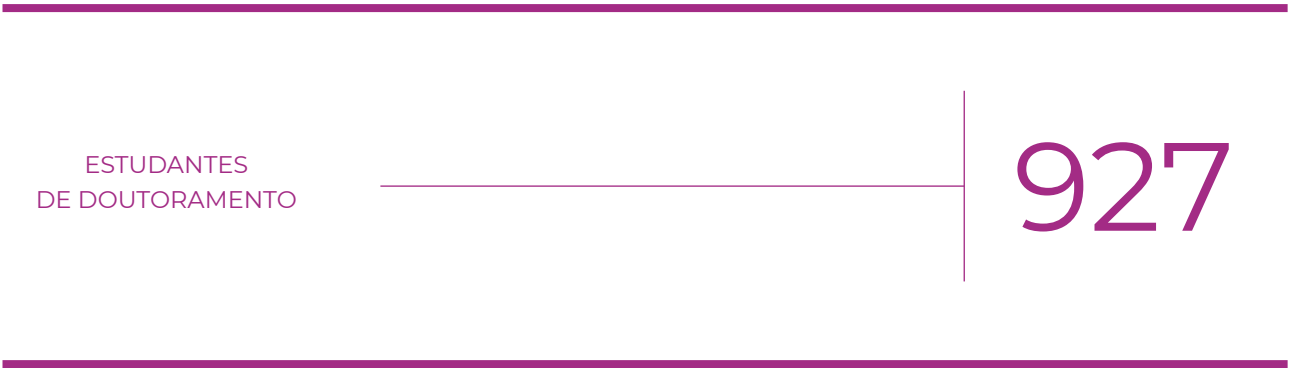
Fonte: Gabinete de Apoio à Investigação Iscte, 2022/23.



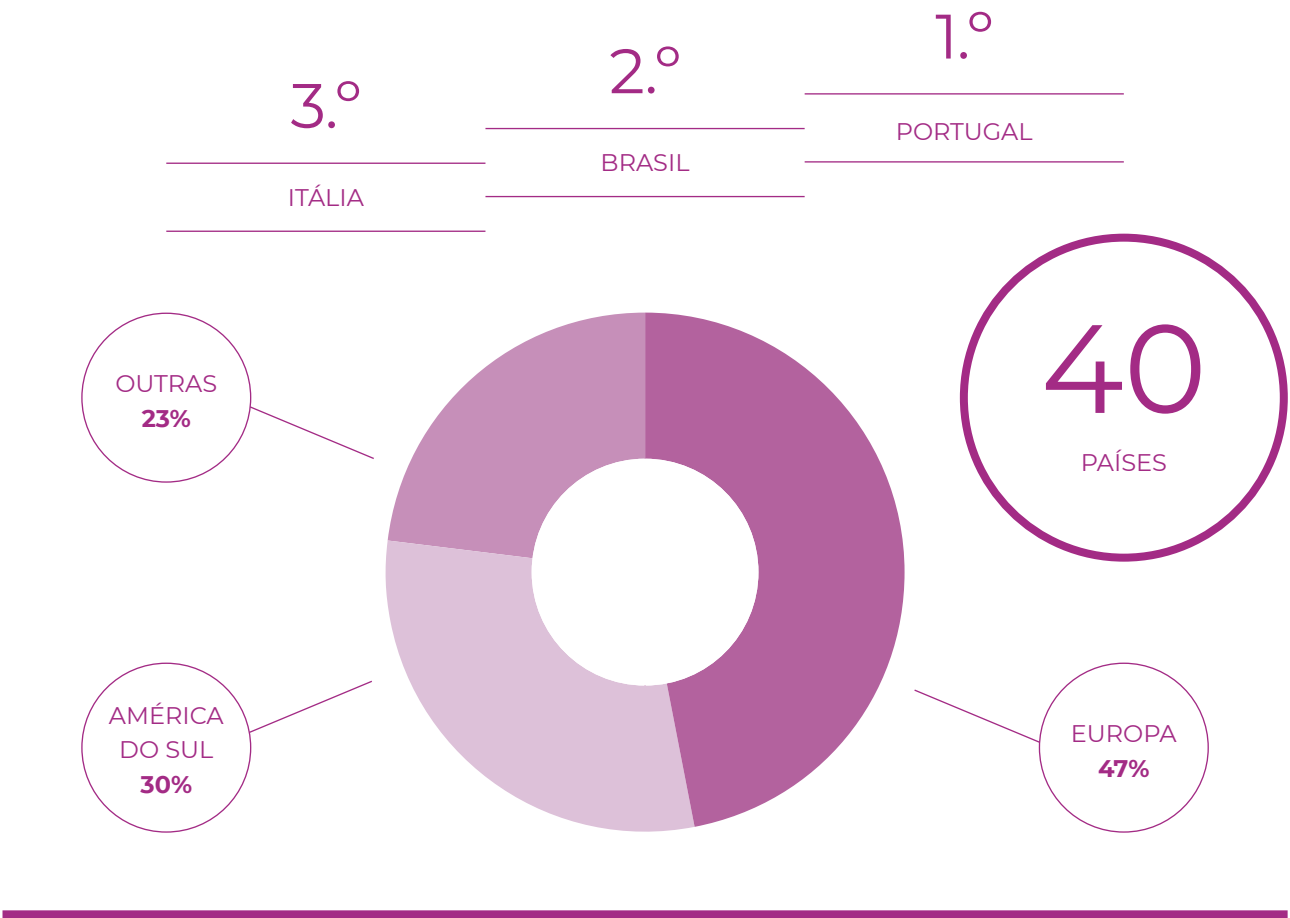
PROJETOS EM CURSO NAS UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO (Número)



(Nacionais e internacionais, com/sem financiamento)



NACIONALIDADES DOS INVESTIGADORES



Um espaço para investigar

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA